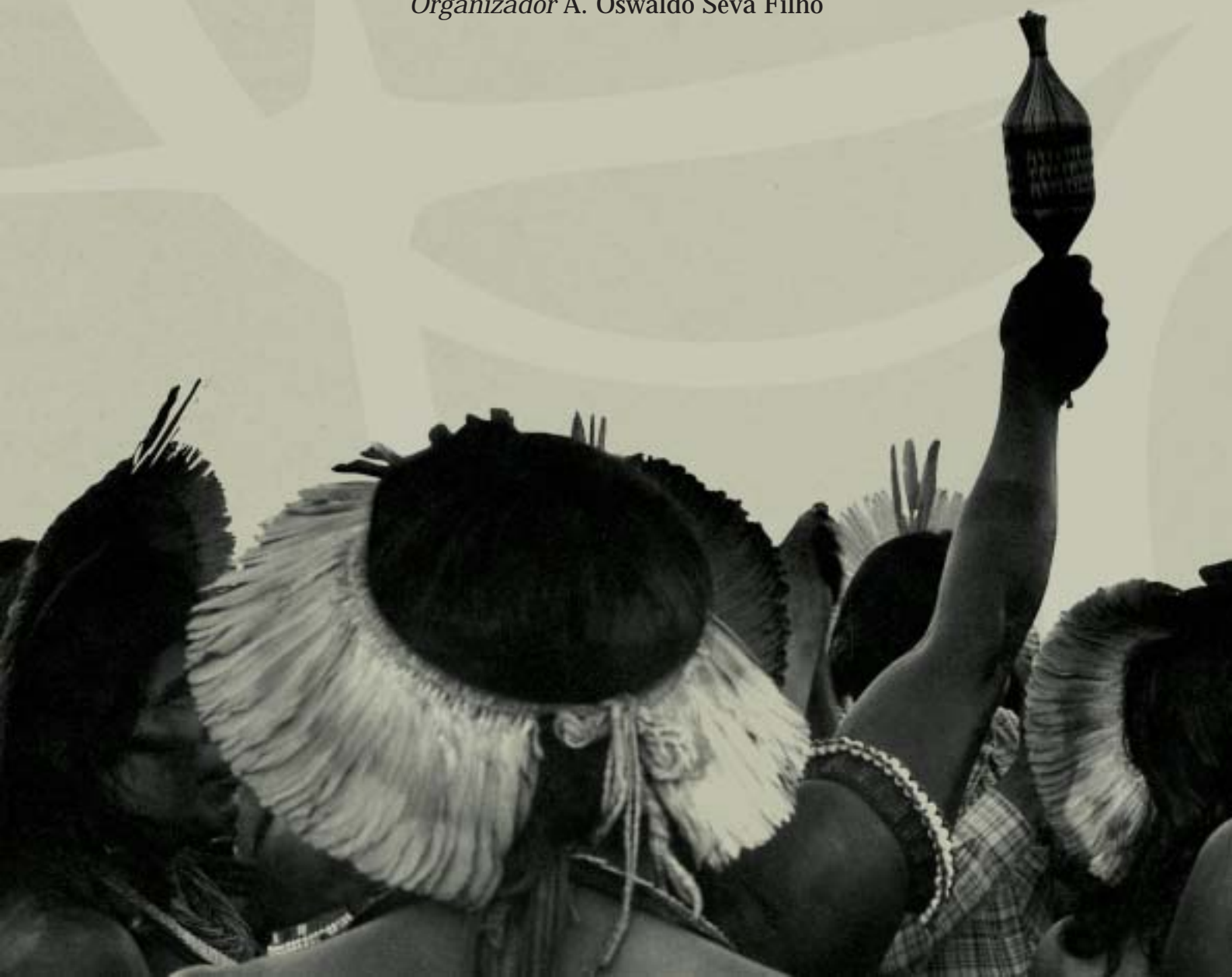




TENOTÃ-MÕ

Alertas sobre as conseqüências dos
projetos hidrelétricos no rio Xingu

Organizador A. Oswaldo Sevá Filho



TENOTÃ - MÕ

2005

TENOTÃ - MÕ

Ficha Técnica

organização

A. Oswaldo Sevá Filho

edição

Glenn Switkes

projeto gráfico

Irmãs de Criação

produção gráfica

Irmãs de Criação

Danilo Henrique Carvalho

fotos

capa

Andreas Missbach

Beto Ricardo, ISA

tiragem

1000 exemplares

1ª edição • 2005

IRN

International Rivers Network

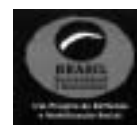
www.irn.org

glenns@superig.com.br

(11) 3822.4157

realização


Comissão Pró-Índio
de São Paulo



Sumário

APRESENTAÇÃO	07	CAPÍTULO 5	114
Resumos técnicos e históricos das tentativas de barramento do rio Xingu <i>Glenn Switkes e Oswaldo Sevá</i>		Análise do projeto Belo Monte e de sua rede de transmissão associada frente às políticas energéticas do Brasil <i>Andre Saraiva de Paula</i>	
MENSAGEM DE ABERTURA	09	5.1. A eletricidade gerada em Tucuruí: para onde? para quê?	135
<i>Dom Erwin Kräutler, bispo do Xingu</i>		<i>Rubens Milagre Araújo, Andre Saraiva de Paula e Oswaldo Sevá</i>	
RESUMO EXECUTIVO	13	5.2. Dados de vazão do rio Xingu durante o período 1931-1999; estimativas da potência, sob a hipótese de aproveitamento hidrelétrico integral	145
<i>Glenn Switkes e Oswaldo Sevá</i>		<i>Oswaldo Sevá</i>	
PARTE I – OS XINGUANOS E O DIREITO		CAPÍTULO 6	150
CAPÍTULO 1	29	Especialistas e militantes: um estudo a respeito da gênese do pensamento energético no atual governo (2002-2005) <i>Diana Antonaz</i>	
Povos indígenas, as cidades, e os beiradeiros do rio Xingu que a empresa de eletricidade insiste em barrar <i>Oswaldo Sevá</i>		PARTE III – NATUREZA: AVALIAÇÃO PRÉVIA DO PREJUÍZO	
<i>Informes das lideranças em Altamira, Pará</i>		CAPÍTULO 7	175
1.1. O assédio da Eletronorte sobre o povo e as entidades na região de Altamira	55	Evolução histórica da avaliação do impacto ambiental e social no Brasil: sugestões para o complexo hidrelétrico do Xingu <i>Robert Goodland</i>	
<i>Antonia Melo</i>		7.1. A lógica da Volta Grande adulterada: consequências prováveis afetando moradores urbanos, rurais e ribeirinhos em Altamira e municípios vizinhos; efeitos possíveis para os arquipélagos, pedrais, cachoeiras, e na “ria” do baixo Xingu.	192
1.2. A Terra do Meio e os projetos de hidrelétricas no Xingu	58	<i>Oswaldo Sevá</i>	
<i>Tarcisio Feitosa da Silva</i>		7.2. Informe sobre a “Vazão ecológica” determinada para a Volta Grande do rio Xingu	199
CAPÍTULO 2	63	<i>Ivan Fumeaux</i>	
Uma abordagem jurídica das idas e vindas dos projetos de hidrelétricas no Xingu <i>Raul Silva Telles do Valle</i>		CAPÍTULO 8	204
CAPÍTULO 3	74	Hidrelétricas planejadas no rio Xingu como fontes de gases do efeito estufa: Belo Monte (Kararaô) e Babaquara (Altamira) <i>Philip M. Fearnside</i>	
Xingu, barragens e nações indígenas <i>Felício Pontes Jr e Jane Felipe Beltrão</i>			
3.1. As pressões da Eletronorte sobre os autores do EIA trecho extraído de <i>Louis Forline e Eneida Assis</i>	91		
PARTE II – ELETRICIDADE PARA QUEM? ÀS CUSTAS DE QUEM?			
CAPÍTULO 4	95		
Grandezas e misérias da energia e da mineração no Pará <i>Lúcio Flávio Pinto</i>			

PARTE IV – O ANTI-EXEMPLO ALI PERTO, O POVO AMEAÇADO E CONFUNDIDO		CAPÍTULO 13 296
CAPÍTULO 9 245	Política e sociedade na construção de efeitos das grandes barragens: o caso Tucuruí <i>Sônia Barbosa Magalhães</i>	Contra-ataque! Choque da Comissão Mundial de Barragens estimula a indústria de grandes barragens à ação <i>Patrick McCully</i>
CAPÍTULO 10 255	Índios e barragens: a complexidade étnica e territorial na região do Médio Xingu <i>Antonio Carlos Magalhães</i>	13.1. Barragens e desenvolvimento: um novo modelo para tomada de decisões 301 <i>Comissão Mundial de Barragens</i>
CAPÍTULO 11 266	Dias de incertezas: O povo de Altamira diante do engodo do projeto hidrelétrico Belo Monte <i>Reinaldo Corrêa Costa</i>	ANEXOS
PARTE V – OUTRO FUTURO: NÃO BARRAR RIOS NEM GENTE, QUE VALEM E VALERÃO POR SI		Manifestos e cartas abertas das entidades da região paraense do rio Xingu (2001 e 2002) 317
CAPÍTULO 12 281	Conhecimento crítico das mega – hidrelétricas: para avaliar de outro modo alterações naturais, transformações sociais e a destruição dos monumentos fluviais <i>Oswaldo Sevá</i>	Glossário 335
		Endereços de contato de grupos trabalhando em defesa do Xingu 341
		Resumos biográficos dos autores 343

Apresentação:
Resumos técnicos e históricos das
tentativas de barramento do rio Xingu

Glenn Switkes e Oswaldo Sevá

Este é um livro feito de capítulos e notas técnicas inéditas, e de alguns trechos extraídos de trabalhos já publicados, que foram assinados por 20 pessoas que acompanham de perto o problema dos projetos hidrelétricos no rio Xingu e na região amazônica. É uma obra de militantes de entidades, de jornalistas, e de pesquisadores de várias áreas acadêmicas, participantes de um Painel de especialistas e de entidades por nós organizado. Esperamos que seja uma ferramenta fundamental para ampliar e aprofundar o debate sobre a proposta da construção do Complexo Hidrelétrico do Xingu.

Nosso livro é para atualizar um embate de mais de vinte anos.

Nosso compromisso é com as pessoas que vivem e viverão no vale do Xingu, especialmente os que estão ameaçados por esses projetos. Estes milhares de moradores urbanos e rurais, os ribeirinhos, beiradeiros de todo tipo, as muitas aldeias indígenas e seus muitos descendentes, desaldeiados, soltos pelo mundo, misturados com os demais brasileiros, quase todos vão sendo cercados em seu pedaço amazônico.

Cercados lá onde já viviam há muito, e lá aonde chegaram há mais tempo, nessas glebas que transformaram em roças e pomares, em seus recantos cheios de riquezas cobiçadas pelos predadores que a especulação move, que o desgoverno acomoda.

São levas de gentes e gerações que se entrecruzam, os xinguanos antigos como os vários grupos Kaiapó, os Parakanã, os Araweté e os Juruna, também os seringueiros do curto segundo ciclo da borracha (nos anos 1930, 1940), e xinguanos recentes como os colonos e fazendeiros dos travessões da Transamazônica, os pobres e os peões, os comerciantes e artesãos que já estavam e os que vêm chegando a Altamira, a São Félix do Xingu e tantas cidadezinhas e vilarejos.

Todos vão tendo agora que conviver, que se aliar com - ou explorar - os demais pobres errantes que vão à frente da expansão, essa infantaria que vai garimpando ouro, estanho e pedras, serrando árvore, abrindo estrada, fazendo pasto, quase todos trabalhando pros donos, tentando sobreviver, e muitos ainda conseguindo enviar um pouco de renda pros seus que ficaram, pros que deles dependem.

Nesse meio de mundo, chamado de Terra do Meio, um Brasil fervilhante e conflituoso, onde sempre cabe cometer mais uma pilhagem – ou então criar grandes oportunidades nesta imensa continuidade fragmentada por seus enclaves e por eixos conectados aos circuitos internacionais, pontilhada de pistas de pouso, tracejada de rotas fluviais, um conjunto bem distinto daquela Amazônia distante, paradisíaca, despovoada ou com tão pouca gente, que tudo se manteria em equilíbrio na natureza intocada.

Esse livro trata sim, de um dilema real, um drama nacional, uma encruzilhada para a humanidade: Para onde vai essa Amazônia ainda brasileira, mas nem tanto? Que chances terão esses povos? Que possibilidades terão essas matas, esses igapós, igarapés e grandes rios, e todos os seus bichos?

Nosso compromisso também é com a busca interminável e acidentada da verdade mais objetiva dentro da desinformação crescente promovida pelos próprios projetistas e interessados em tais projetos. Tivemos que lidar quase sempre com a verdade parcial segmentada e com a manobra viciada que forja grande parte da informação empresarial e governamental; tivemos que lidar com as versões explícitas e as

implícitas, as razões assumidas e as finalidades escondidas, as declarações retumbantes e as vazias. Tentamos separar os dados corretos dos incorretos, discernir algo de razoável em meio ao sem propósito e surreal, à mistificação que tais mega-projetos desencadeiam.

Reconhecemos também como predecessor deste livro, o volume “As Hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas”, publicado em 1988 pela Comissão Pró-Índio de São Paulo. Vários autores dos textos nesta publicação participaram na tentativa histórica para elucidar a problemática das propostas para hidrelétricas no Xingu naquela época.

Passados dezessete anos, a idéia de barrar o Xingu, duas vezes derrotada, tenta se concretizar ainda uma vez. Não estamos nos opondo frontalmente a nada, mas fazemos questão de poder pensar de modo distinto. Com poucos recursos e muita disposição, nos empenhamos para destacar e tornar públicas as avaliações distintas das oficiais e as outras visões do vale do rio Xingu e de sua gente.

Agradecemos o apoio do professor Célio Bermann no começo dos trabalhos para este livro, a firmeza e a humanidade da pessoal da FVPP: Antônia Melo, Marta Sueli Silva, Antonia Martins “Toinha”, e também Juraci Galvino Moreira, Luziane do Socorro Costa Reis e Abimael Maranhão Palhano, os pilotos Ruck e Sabá, a dona Miriam Xipaia, seu Miguelzinho, e o padre Paulo Machado.

Também devemos destacar pelos trabalhos nos mapas, agradecemos a colaboração do equipe de Geoprocessamento do Instituto Socioambiental: Alicia Rolla, Edna Amorim dos Santos, Fernando Paternost, Cícero Cardoso Augusto e Rosimeire Rurico Sacó, e apoio do foto arquivista Claudio Aparecido Tavares do ISA.

Também devemos destacar o apoio do Sérgio Schlesinger da FASE e o Programa Brasil Sustentável e Democrático, e Lúcia Andrade da Comissão Pró-Índio de São Paulo.

Reconhecemos a contribuição valorosa do Dr. Marcelo Cicogna e o professor Dr. Secundino Soares Filho, da FEEC Unicamp.

Para o seu patrocínio, agradecemos a Fundação Conservation, Food, and Health, a Fundação Ford, a Fundação C. S. Mott, a Fundação Overbrook, e a Sigrid Rausing Trust.



Mensagem de Abertura

Dom Erwin Kräutler - Bispo do Xingu

Ao ver, com profunda gratidão, concluído este trabalho, vem-me, de repente, a lembrança do Xingu dos anos 60, época em que aqui cheguei. Jamais se apagam em minha memória as primeiras impressões que tive destas plagas. Estão gravadas, de modo indelével, em meu coração. Vindo da Europa fiquei extasiado contemplando um dos mais espetaculares espaços que Deus criou. Será um último resto do paraíso perdido?

Este rio caudaloso com suas águas verdes-esmeralda, ora calmas e misteriosas, ora indômitas e violentas, este vale com suas selvas exuberantes, igarapés e igapós, várzeas e imensos campos naturais mudaria a minha vida e dará um rumo todo especial à minha vocação missionária. Encontrei neste mundo verde um povo que ainda estava convivendo pacificamente com a natureza e hauriu seu vigor dos divinos mananciais da Amazônia. Mas já naquele tempo pairou algo como uma Espada de Dâmoçles em cima da família xinguará. As ameaças de expulsão do paraíso e de destruição do lar (em grego: “oikos”) já se anunciavam num horizonte cada vez mais sombrio, carregado de presságios de um futuro tempestuoso e sacrílego.

09

O dia 9 de outubro de 1970 é uma data histórica para o Xingu. Em Altamira já há meses se comentava que “finalmente o progresso vai chegar”. Os comerciantes vibraram com os “rios de dinheiro” que iriam inundar a cidadezinha até então esquecida do mundo e isolado no meio da mata. Para os habitantes da capital Belém o Xingu era sinônimo de terra de “índios selvagens e ferozes”, de região infestada pela malária e outras doenças tropicais. Agora, tudo isso mudaria. Nesse dia de intenso calor chegou a Altamira o Presidente da República, o General Emílio Garrastazu Médici. Já dias antes aterrissaram possantes aviões Hércules na pista de pouso de piçarra para admiração ou espanto da população local só acostumada a ver hidraviões amerissarem nas águas do Xingu ou algum DC-3 da FAB fazer uma escala em Altamira. O Jornal de São Paulo descreve a visita presidencial:

“O general Médici presidiu ontem no município de Altamira, no Estado do Pará, a solenidade de implantação, em plena selva, do marco inicial da construção da grande rodovia Transamazônica, que cortará toda a Amazônia, no sentido Leste-Oeste, numa extensão de mais de 3.000 quilômetros e interligará esta região com o Nordeste. O presidente emocionado assistiu à derrubada de uma árvore de 50 metros de altura, no traçado da futura rodovia, e descerrou a placa comemorativa (...) incrustada no tronco de uma grande castanheira com cerca de dois metros de diâmetro, na qual estava inscrito: ‘Nestas margens do Xingu, em plena selva amazônica, o Sr. Presidente da República dá início à construção da Transamazônica, numa arrancada histórica para a conquista deste gigantesco mundo verde’”.

Foi a época do “Integrar para não entregar”. Não entendi e jamais entenderei como o presidente podia ficar “emocionado” ao ver uma majestosa castanheira cair morta. Não entendi as palmas delirantes da comitiva desvairada diante do estrondo produzido pelo tombo desta árvore, a rainha da selva. Aplauso para quem e em razão de que? A placa fala da “conquista deste gigantesco mundo verde”. A implantação do marco pelo presidente não passa de um ato cruel, bárbaro, irracional, macabro. O que significa “conquistar”? É “derrubar”, “abater”, “degolar”, “matar”, “assassinar”? Um emocionado presidente inaugura a destruição da selva milenar! Por incrível que pareça, derrubar e queimar a floresta é doravante sinônimo de desenvolvimento e progresso.

Altamira tornou-se famosa de um dia para o outro e o Xingu um novo Eldorado. A propaganda governamental incentivou milhares e milhares de famílias a abandonarem o nordeste das secas periódicas e o

sudeste, centro e sul com “pouca terra disponível” e rumarem para a Amazônia onde vastas terras estavam aguardando sua chegada e garantindo melhores condições de vida do que nos estados de origem. Reportagens sobre o sucesso da empreitada governamental se multiplicaram e tiraram as dúvidas de quem ainda ficou reticente.

Nada, porém, se falou dos povos que habitavam as terras que a Transamazônica cortou de leste a oeste. Aliás o Presidente Medici já não quis saber deles. Simplesmente os ignorou, chamando a região de “terra sem homens” a ser povoada por “homens sem terra”. Na cabeça do general não existiam índios no trecho, porque não podiam existir e se, porventura, existissem, sua existência teria que ser ignorada. A nova rodovia passou a 3 quilômetros da aldeia dos Arara no igarapé Penetecaua. Os índios fugiram com medo do chumbo das espingardas. Foram perseguidos até por cachorros. A brusca e forçada convivência com os “brancos” trouxe a morte à aldeia. Sucumbiram fatalmente a surtos de gripe, tuberculose, malária, até de conjuntivite. O mundo lá fora nada soube desta desgraça que desabou sobre um povo e continuava a aplaudir a “conquista deste gigantesco mundo verde”. A que preço? O pior estava ainda por acontecer. Jamais me esqueço do dia em que pelas ruas de Altamira corria a notícia de que, finalmente, os “terríveis Araras” haviam sido dominados. Como prova de que o “contato” com os Arara tinha sido “amistoso” e um sucesso total, trouxeram uns representantes daquele povo, até então vivendo livre na selva xinguará. Nus, tremendo de medo em cima de uma carroça, como se fossem algumas raras espécies zoológicas, foram expostos à curiosidade popular na rua principal da cidade. O que na realidade aconteceu no coração e na alma do povo Ugorogmo, quem será capaz de descrever? Os poucos sobreviventes continuam apavorados, na insegurança, como “estrangeiros em sua própria terra”. A demarcação de sua área é sempre de novo protelada.

A rodovia Transamazônica foi inaugurada. Mais uma vez o presidente da República vem a Altamira. Mais uma vez se descerra uma placa de bronze, desta vez incrustada num feio paredão de cimento que se ergue do descampado. A paisagem está mudada. A selva sucumbiu. As palavras continuam bombásticas: “Retornando, depois de vinte meses, às paragens históricas do Rio Xingu, onde assistiu ao início da construção desta imensa via de integração Nacional, o Presidente Emílio Garrastazu Medici entregou hoje ao tráfego, o primeiro grande segmento da TRANSAMAZÔNICA, entre o Tocantins e o Tapajós, traduzindo a determinação do povo brasileiro de construir um grande e vigoroso País. Altamira, 27 de setembro de 1972”.

A “Integração Nacional”, o que realmente é? “Integrar”, pelo que se vê, é, de um lado, agredir violentamente a obra da criação sem nenhum plano que visasse um desenvolvimento sustentável para região, e de outro, impulsionar a migração interna para resolver problemas fundiários nas regiões centro, sudeste e sul do País. Através do desterro de milhares de famílias para a Transamazônica pretendeu-se fazer uma “reforma agrária” naquelas regiões sem mexer com os proprietários de grandes extensões de terra produtivas e improdutivas. Deportando para a Amazônia o excedente de agricultores, os “sem terra”, todos eles potenciais invasores de fazendas, evitar-se-á problemas nos estados de origem dos desterrados e se garante o sossego e a paz para o latifúndio.

Mas, embutido no Projeto de Integração Nacional já se encontrava outro plano. As rodovias que sangravam as florestas cortavam também os grandes rios amazônicos, exatamente nas proximidades das principais quedas d’água, prevendo a médio prazo a possibilidade de construir barragens para geração de energia. A Rodovia Transamazônica foi inaugurada em setembro de 1972. Já em 1975, a Eletronorte contratou a firma CNEC (Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores) para pesquisar e indicar o local exato de uma futura hidrelétrica. Em 1979 o CNEC terminou os estudos e declarou a viabilidade de construção de cinco hidrelétricas no Xingu e uma no rio Iriri, escolhendo inclusive os nomes para as mesmas, todos eles indígenas: Kararaô, Babaquara, Ipixuna, Kokraimoro, Jarina e Iriri. Por que nomes indígenas, já que a existência dos povos indígenas deve ser ignorada? Os Juruna, Xipaia-Curuaia, Kayapó, Arara, Assurini, Araweté e Parakanã não contam. Sem dúvida se achará uma “solução” para eles, mesmo que esta se transforme em “solução final”, a famigerada “Endlösung” que o nazismo encontrou para os judeus. Os nomes indígenas para as hidrelétricas projetadas seriam assim um “in memoriam” para estes povos que, junto com as famílias de seringueiros, pescadores e ribeirinhos, “cediam” suas terras ancestrais para o progresso e desenvolvimento da região. Muitos de nossos conterrâneos sonharam novamente com rios de dinheiro que inundariam nossas cidades. À população local negou-se as informações necessárias para avaliar o projeto. A transparência no fornecimento de dados não fazia parte da estratégia dos órgãos governamentais.

Assim a Igreja do Xingu tomou a iniciativa de denunciar as ameaças que pairavam sobre a região do Xingu e seus povos. Digo “povos”, no plural, pois é esta a realidade do Xingu. Colocamos em pauta nas reuniões das comunidades a verdadeira história da hidrelétrica projetada. Elaboramos cartilhas com dados obtidos algumas vezes até de forma “ilícita” (pelo menos do ponto de vista dos órgãos governamentais). Os trabalhadores locais traziam informações que ouviam nos acampamentos dos engenheiros. Pessoas que tinham acesso a informações, no-las passavam de forma secreta com medo de retaliação. Colaboramos com a Comissão Pró-Índio de São Paulo e passamos a buscar ajuda com especialistas ligados a Universidades Brasileiras e do exterior.

Confesso que nem imaginávamos poder contar com um apoio todo especial. A expressão “apoio à nossa causa” nem é apropriada neste caso, pois os índios Kayapó do Alto Xingu, assumiram a “sua” causa que também é nossa, a defesa de “sua” terra e de “seus” direitos que são a terra e os direitos dos demais povos do Xingu. Soube das intenções dos Kayapó apenas algumas semanas antes de acontecer aquilo que eles mesmos denominaram de I Encontro das Nações Indígenas do Xingu, marcado para fevereiro de 1989. Algumas lideranças Kayapó vieram a Altamira e me convidaram para uma reunião. Comunicaram-me sem rodeios que estavam decididos de vir a Altamira para um grande encontro e marcaram a data. Dei-lhes a entender que um encontro deste porte exigia uma intensa preparação e o tempo para isso era muito pouco. Pedi, por isso, que adiassem o evento por alguns meses. Não havia jeito de convencer os líderes Kayapó. Sem meias palavras me disseram: “O encontro está marcado! Queremos que nos ceda a Bethânia! Só isso!” A Bethânia, o Centro de Formação da Prelazia do Xingu, há oito quilômetros de Altamira, tornou-se de 20 a 25 de fevereiro de 1989 a aldeia principal dos Kayapó. O evento que reunia em torno de 600 índios, pintados para guerra, teve enorme repercussão em todo o Brasil e no exterior. A foto que retratou a cena em que a índia Tuíra esfregou um facão na cara de José Antônio Muniz Lopes, então diretor de engenharia da Eletronorte, percorreu o mundo, tornando-se símbolo e uma espécie de logotipo da hostilidade total dos índios em relação às projetadas barragens. Enquanto os Kayapó estavam reunidos na Bethânia as comunidades de Altamira se organizaram num ato público no bairro de Brasília. Levantaram sua voz contra os órgãos do governo que operam na surdina e excluem deliberadamente a sociedade civil da discussão de projetos que afetam a população e o meio-ambiente. A vitória estava do lado dos índios e de todos que se opuseram à concretização do megaprojeto. Kararaô foi arquivado! Aparentemente!

A alegria durou pouco. No fim da década de 90 o projeto ressurgiu, se bem que sob outro nome e com roupagem nova. A Eletronorte e demais órgãos governamentais aprenderam dos “erros” da década de 80 e trocaram o modo de agir. Um grupo de especialistas fora contratado que passou a analisar as forças políticas na região. Foram feitas pesquisas sobre os nossos movimentos sociais, as ONGs, os sindicatos, os povos indígenas, tudo no intuito de mapear possíveis focos de resistência ao projeto agora denominado de UHE Belo Monte. O nome “Kararaô”, o grito de guerra, foi substituído pelo bucólico “Belo Monte” para que o povo do Xingu não lembrasse mais o facão da Tuíra e os rostos pintados de urucum dos Kayapó contrários à hidrelétrica.

A estratégia mudou por completo. Nossas lideranças foram continuamente convidadas para reuniões com grupos de técnicos das empresas do governo que, é óbvio, usaram de todos os meios para mostrar o lado positivo do empreendimento. Outro alvo foram os jovens. Patrocinando festas e promovendo excursões à região da UHE Tucuruí procurava-se conquistá-los para idéia de que a hidrelétrica será um bem enorme para a região. Com volumosos presentes o governo aliciou descaradamente as comunidades indígenas. De antemão evitavam-se reuniões com grandes grupos para impedir que a sociedade se organizasse e discutisse abertamente os prós e contras do projeto. Políticos estaduais e municipais de pouca cultura e muita fanfarrice encheram a boca proclamando a UHE Belo Monte a salvação do oeste do Pará e pregando que o Brasil necessita deste impulso energético para evitar o colapso de sua economia.

Mas, Deus seja louvado, um grupo de especialistas, professores e pesquisadores de renome, apoiados por instituições e ONGs e a Igreja do Xingu organizaram este livro que, sem dúvida, desmistifica todo o discurso bombástico do Governo Brasileiro e das empresas interessadas na barragem do Xingu. Novamente a espada afiada de Dámocles paira sobre o Xingu e seus povos, pendurada num fio muito delgado, podendo cair a qualquer momento. Mas a lenda contada pelo escritor romano Horácio em uma de suas odas não termina em tragédia. O fio tênue resistiu e a espada não se desprende. É esta a nossa esperança! Que a sensatez vença a insanidade e o Xingu continue lindo e pujante, também para as futuras gerações!

Agradeço, de coração, ao Professor Oswaldo Sevá da UNICAMP e ao Jornalista Glenn Switkes da IRN pelo trabalho incansável na organização desta obra e a todas as pessoas que participaram deste projeto em defesa do Xingu e de seus povos.

Altamira, 30 de novembro de 2004.



1 . Resumo do projeto de aproveitamento hidrelétrico integral do rio Xingu

Uma obsessão da engenharia mundial é esta “idéia fixa” de barrar todos os rios, aproveitando-se quedas d’água existentes, ou construindo-as em rocha, terra e em concreto armado, para instalar grupos turbo-geradores e produzir energia elétrica.

Estas entidades geográficas, hidro - geológicas e biológicas, **os rios**, a um só tempo são vazões vivas de água se deslocando pelo planeta, e são meios bio-químicos da vida estável de cada local, e da vida dos animais migratórios. Numa visão mutilante da realidade, rios e suas terras ribeirinhas passam a ser olhados apenas através de uma calculadora, como se existissem apenas para serem bloqueados por um paredão e para terem a sua energia em parte aproveitada.

Deste ponto de vista, o Xingu é “*um bom potencial*”, como eles gostam de dizer. Só que...muita atenção, pois uma de suas características mais importantes, que os indígenas e os beiradeiros conhecem, é que é exageradamente variável o seu fluxo de água, ao longo dos meses, em intervalos de semanas, e até, de dias!

É rio que enche rápido e muito, proporcionalmente à área em que capta a sua água. Na média da bacia, a vazão de água drenada para o rio principal pode estar *acima de 17 litros de água por segundo*, proveniente das chuvas regulares caindo *em cada km²* de terreno nessa bacia. Nas bacias dos rios Araguaia e Tocantins, este indicador fica entre 14 e 16 l/s por km², na bacia do Paraná, em 11 l/s por km², e na do São Francisco, que atravessa uma extensa zona semi - árida, a coleta de água pelo rio principal fica na média de 5 l/s por km²!

Comparando-se os números de vazão d’água dos rios: o mais volumoso, o Amazonas já teve registros, em Óbidos, antes de receber o Tapajós e o Xingu, de mais de 200 mil m³/segundo. O Xingu não é dos maiores afluentes do Amazonas, mesmo assim, o patamar dos seus números indica o dobro da vazão nas cheias no rio São Francisco (de 11 a 12 mil m³/s no trecho das usinas de Paulo Afonso) e um patamar bem acima do que as do rio Paraná em Itaipu (cheias de 20 a 22 mil m³/s).

Mas o Xingu é rio que seca rápido e que pode permanecer muito tempo bem baixo, quatro meses, digamos. Vejamos, por exemplo, os valores medidos lá na cidade de *Altamira*, Pará, no trecho quase final do rio Xingu, com sua vazão praticamente toda formada:

- as médias mensais baixas ficam *abaixo de 1.000 metros cúbicos de água por segundo*
- os valores mínimos são entre *450 a 500 m³/s em Setembro e Outubro*
- as médias mensais altas são *acima de 25 mil m³/segundo*
- “picos” de cheia registrados ou extrapolados *acima de 30 mil m³/segundo*

Pois bem, conhecidas as vazões, para chegarmos à potência mecânica própria do rio, e que poderia ser aproveitada, a equação dependerá precisamente dos desníveis verticais, das alturas das quedas d’água.

Segundo o documento “*Estudos de Inventário hidrelétrico da Bacia hidrográfica do Rio Xingu*”, elaborado pela empresa de consultoria CNEC – Camargo Corrêa, em 1980, a “melhor” alternativa de aproveitamento integral da bacia do Xingu (alternativa A dos estudos feitos) seria:

- entre a altitude próxima dos **281 metros**, no norte de Mato Grosso, próximo da rodovia BR 080, provavelmente localizada na Terra Indígena Kapoto-Jarina e/ou na faixa Norte do Parque Indígena do Xingu – e - a altitude próxima dos **6 metros**, num ponto rio abaixo da vila de Belo Monte do Pontal e, pela margem esquerda, perto da foz do igarapé Santo Antonio, rio acima de Vitória do Xingu, no Pará;
- fazer **cinco barramentos no rio Xingu** (eixos Jarina, Kokraimoro, Ipixuna, Babaquara e Kararaô) e **um barramento no rio Iriri**, seu afluente esquerdo, o maior deles (eixo Cachoeira Seca).

As represas destas seis usinas hipotéticas alagariam ilhas e terras florestadas, muitas ainda virgens, conforme aquele estudo de inventário mencionado, somariam **quase 20 mil km quadrados**, o equivalente a quase metade das áreas já inundadas por represas de todos os tipos no país, até hoje. Nestes 2 milhões de hectares, uma boa parte são glebas ribeirinhas incluídas em várias Terras Indígenas já homologadas, algumas delimitadas mas invadidas, outras ainda não homologadas.

Somente a represa de Babaquara, podendo atingir um alagamento de mais de 6.500 km², seria a primeira mais extensa no país e a segunda no Mundo. A maior represa é a de Akosombo, no rio Volta em seu trecho baixo-médio, um “lago” de mais de 8 mil km², dividindo ao meio o pobre e conflituoso Ghana, na África Ocidental. A mais extensa represa brasileira é a de Sobradinho, rio São Francisco, na Bahia, com 4.200 km² na cota máxima; a segunda maior é a de Tucuruí, no rio Tocantins, Pará com 2.800 km² (SP-MS).

Mas a repercussão conjunta dessas obras iria muito além de terras alagadas. As conseqüências de tipo destrutivo e conflitivo deverão crescer muito por causa dos impactos:

- das estradas inteiramente novas a abrir, e de outras existentes a ampliar,
- das faixas das Linhas de Transmissão;
- das áreas alagadas e das áreas usadas para acesso às obras e para a abertura de novas linhas.

Basta conferir no mapa temático preparado pelo laboratório de geo processamento do ISA, em anexo a esse resumo executivo, para comprovar as numerosas interferências e superposições desses impactos em territórios que têm atualmente destinações as mais variadas, e que aparecem na cartografia como um mosaico bem complicado, composto por:

- a) extensas glebas de terras da União, as chamadas “terras devolutas”; e de modo similar, glebas arrecadadas pelo INCRA e ou pelo Instituto Estadual de Terras, o ITERPA e que vêm sendo licitadas, leiloadas para particulares, griladas e invadidas;
- b) áreas protegidas como as Reservas Biológicas, e as áreas delimitadas para manejo como as Flonas, as Florestas nacionais,
- c) perímetros e acessos reconhecidos como reserva de garimpo, ou na prática transformadas em invasões garimpeiras,
- d) além de áreas imensas cobrindo um grande número de autorizações para prospectar o subsolo, outorgas para pesquisa e para lavra de minérios valiosos

Haveria também profundas conseqüências fundiárias e sócio-econômicas, por causa da perda de superfícies de terra, de ilhas, das riquezas das matas e de áreas cultivadas e com fruteiras, e também por causa da modificação territorial que obriga a retrair estradas, caminhos, pontos de embarque e desembarque fluvial. Haveria a perda de benfeitorias e serviços existentes nas posses de grupos nativos ou de grupos migrantes de décadas atrás, nos assentamentos antigos e novos do Incra, em fazendas de colonizadores privados, e em latifúndios, que podem conter ainda extensões ou fragmentos de mata.

Mostramos no capítulo 1, de autoria do professor *Oswaldo Sevá*, algumas das características locais de cada trecho do Vale do Xingu ameaçado de sofrer as conseqüências de cada uma das seis obras previstas. Registramos os focos de conflito que caracterizam a ocupação recente, pelos brasileiros não índios e pelas atividades econômicas de relevância nacional e internacional (como o soja, o gado, a madeira de lei, o ouro) nessa região onde antes só residiam os índios.

A primeira proposta para represar o rio Xingu despertou uma forte oposição dos povos indígenas e um amplo grupo de ambientalistas e movimentos sociais. As movimentações das lideranças indígenas, incluindo viagens internacionais e audiências com ONGs e Bancos multilaterais, culminando no “*Encontro dos Povos Indígenas em Altamira*” em fevereiro de 1989, tiveram grande repercussão, enterrando por um tempo o projeto Kararaô, a primeira etapa do plano da Eletronorte para o aproveitamento hidrelétrico do rio Xingu.

2. A segunda tentativa frustrada de barrar o rio Xingu

Até 1999, a empresa foi, em geral discretamente, intensificando a implantação do projeto: fez modificações geográficas e técnicas relevantes no projeto, rebatizou-o pela 2ª vez, agora seria o **CHBM - Complexo Hidrelétrico de Belo Monte**, somente com as obras da 1ª usina na Volta Grande. Passou a chamar de Usina ou Aproveitamento **Altamira** a anterior usina **Babaquara**, mas desmentia que iria fazê-la, insistindo que Belo Monte tinha viabilidade mesmo que fosse um barramento “isolado” no rio Xingu.

Por volta de 1999, a Eletronorte, derrotada dez anos antes, parecia se recompor. Tornara-se um ente político regional em Altamira, na Transamazônica, o quê está devidamente registrado nos depoimentos e informes apresentados nesse livro pelas lideranças locais *Antonia Melo e Tarcísio Feitosa da Silva*.

Mas, havia o desgaste provocado pelos sucessivos erros na condução dos problemas e das providências necessárias em Tucuruí, sua obra exemplar e anti-exemplar. Ao longo destas duas décadas, muito se escreveu e muito se falou sobre a usina de Tucuruí e os problemas no entorno de sua represa com 2.400 km², e rio abaixo da barragem. Os desdobramentos sociais do investimento hidrelétrico vão ganhando amplitude e abrangência, seja porque novos fatos não cessam de surgir, como a chamada etapa II, com mais uma Casa de força e com a sobre-elevação do nível da represa e o aumento de mais 400 km² na área alagada; seja porque o movimento social - como no mito grego de Sísifo - recria a atualidade em cada conjuntura. A antropóloga *Sônia Magalhães* explica, em seu capítulo desse livro, com base em uma longa vivência de pesquisa in loco, como a dinâmica social e a vida política do país e da região determinam a dimensão dos efeitos sociais das grandes barragens.

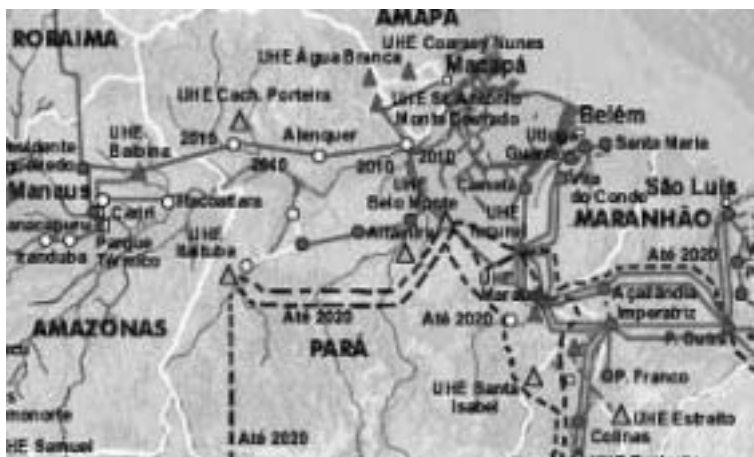
15

Existem várias referências feitas em 2001, 2002, repetidas em 2004 pela presidência da Eletronorte sobre a próxima hidrelétrica a ser construída - agora chamada Altamira.¹ O próprio Ministério de Minas e Energia, nas suas apresentações sobre os planos de expansão do setor elétrico na região amazônica, mostra a usina Altamira, junto com Belo Monte (ver mapa abaixo). E, no orçamento federal do ano de 2004, R\$ 2 milhões foram destinados aos estudos de viabilidade da Babaquara, para ficar prontos até o ano de 2007.²

A finalidade da obra em si continuava obscura, fugidia, sobretudo porque eram intensas as críticas no caso da usina de Tucuruí, por causa também do prejuízo que o país estava tendo com os contratos de preços obtidos pelas indústrias de alumínio que se instalaram em Belém e em São Luis.

Em 2001, a partir de fevereiro e março de um verão pouco chuvoso, ficou claro que o sistema Sudeste - Centro Oeste e o sistema Nordeste de eletricidade tinham pouca reserva de água em muitas das maiores represas existentes na bacia do Paraná e do São Francisco. Uma crise de oferta de eletricidade se instalou, dadas as insuficiências no sistema de transmissão inter-regional. Foi quando os barrageiros reapresentaram Belo Monte como “a salvação do país”, e por isto, reivindicavam que os “empecilhos” fossem removidos e que as obras como estas pudessem iniciar o quanto antes!

Tais jogos de esconder a finalidade, de criar racionalidades após os fatos consumados, de embaralhar ou camuflar alternativas, foram analisados com detalhe nos capítulos desse livro assinados pelo jornalista *Lúcio Flávio Pinto*, que detalhou os desencontros dos números econômicos - financeiros e expôs sem retoques as grandezas e



Fonte: Ministério de Minas e Energia, 2002. *Integração Energética na Amazônia*, no site <http://www.caf.com/attach/8/default/PalestraIRSA-19-11-02-ENERGIA-BR.pdf> em 10/11/04

misérias desse “Pará exportador de minérios e de energia”, e pela engenheira e antropóloga *Diana Antonaz*, que entrevistou figuras proeminentes da intelectualidade “elétrica” e “petrolífera”, analisando quais os discursos e as lógicas daqueles que hoje ocupam posições centrais no setor de energia do governo. Constatou, aliás, que a idéia de desenvolvimento defendida por estes técnicos volta-se para uma população abstrata, uma massa sem identidades e culturas, em vez de considerar as necessidades concretas de pessoas de carne e osso.

Em fins de 2000 a Eletronorte firmou contrato com uma fundação chamada Fadesp, ligada à Universidade Federal do Pará, através da qual foram formadas equipes de pesquisadores para elaboração do Estudo de Impacto Ambiental. As condições desse contrato e a tentativa de obter a licença ambiental apenas no âmbito paraense, da Secretaria estadual de Tecnologia e Meio Ambiente, motivaram a iniciativa em 2001, do Ministério Público Federal em Belém, de peticionar uma Ação Civil Pública, e um dos pontos fortes de questionamento era a obrigatoriedade de consultar os indígenas das Terras Indígenas que fossem afetadas, e obter autorização do Congresso Nacional (*artigo 231 da Constituição Federal*).

A Eletronorte tentou contornar esta exigência quando redesenhou o projeto Belo Monte, colocando o barramento principal nas Ilhas Pimental e da Serra, uns 50 km rio acima da posição anterior, abaixo da primeira grande cachoeira, Jericoá. E restringiu a condição de afetadas pelas obras apenas as terras que fosse alagadas. Assim, geograficamente, a área da T.I. Paquissamba, dos índios Juruna, deixaria de ficar submersa para ficar no trecho “seco” da Volta Grande, onde as vazões seriam sempre bem inferiores às médias historicamente observadas.

Quanto aos indígenas da região que seriam atingidos, são muitos mais do que os 50 e poucos Juruna residentes na T.I. Paquissamba. Alguns dos autores desse livro puderam comprovar que alguns milhares de beiradeiros mantêm contato cotidiano com Altamira, mesmo residindo 50 km ou mais rio abaixo ou rio acima da cidade. Publicamos no livro, como um anexo, os dados cadastrais coletados pelo CIMI - Conselho Indigenista Missionário, que apontam mais de 400 moradores indígenas das etnias Xipaiá, Kuruaia, Arara, Juruna e Kaiapó morando no trecho das barrancas do rio Xingu que seriam afetadas pela represa e nos trechos que ficariam na parte seca, rio abaixo da Ilha Pimental.

A própria Eletronorte reconheceu há muitos anos, e depois passou a negar, quando escolheu a alternativa chamada Kararaô em 1988, que uma das alternativas em estudo (Kararaô III/Koatinema II) muito similar à atual Belo Monte traria *“impactos indiretos de maiores proporções, devido à interrupção do fluxo d’água no trecho da Volta Grande, o que interfere nos ecossistemas aquáticos e marginais e nas populações ribeirinhas e indígenas ali estabelecidas...”* e admitiu uma população indígena na Volta Grande de *“344 indivíduos afetados diretamente”* (*Usina Hidrelétrica Kararaô, Efeitos e Programas Ambientais: Síntese, Eletronorte/CNEC, Outubro 1988*).

Tais fatos e as várias versões sobre quem e quantos seriam atingidos, bem como o seu atual modo de vida, foram pesquisados e relatados pelo antropólogo *Antonio Carlos Magalhães*, e pelo geógrafo *Reinaldo Costa*, em outros dois capítulos do nosso livro.

A decisão judicial decorrente dessa Ação Civil Pública foi a de embargar o EIA e o processo de licenciamento, decisão tomada em primeira instância em Belém, ainda em 2001, e mantida até a última instância, em Brasília. Era a segunda derrota do projeto Belo Monte, em fins de 2002.

Tais tópicos foram devidamente detalhados e ponderados ao longo desse livro, no capítulo assinado pelo advogado *Raul Silva Telles do Valle*, do setor jurídico do ISA – Instituto SocioAmbiental de SP., e no capítulo assinado pelo Procurador Federal em Belém, *Felício Pontes Jr* e pela antropóloga *Jane Beltrão*, da Universidade Federal do Pará.

3. Simulação das potências hidráulicas do rio Xingu, se as usinas funcionassem desde 1931

Metodologia: A simulação aqui usada foi feita usando-se o modelo Hydrolab (Cicogna e Soares Fo., 2003, FEEC, Unicamp) que foi alimentado pela base de dados do SIPOT - Sistema de Informações do Potencial Hidrelétrico, da Eletrobrás), que informa os valores numéricos da vazão d’água do rio Xingu em Altamira, mensurados in loco ou extrapolados, desde o ano de 1931 até o ano de 1996. Destacamos o subperíodo de 1949 a 1956, por ser considerado o de melhor pluviosidade, do ponto de vista da geração hidrelétrica

nos rios brasileiros do hemisfério Sul. Não se trata portanto de afirmar quanto da sua potência instalada, tais usinas poderiam no futuro acionar, e sim, trata-se de deduzir como elas teriam funcionado no passado, se existissem nesses pontos desses rios que apresentaram essas vazões. Neste item apenas resumimos os números das simulações feitas para três tipos de situações hipotéticas.

A) **BELO MONTE COMO APROVEITAMENTO ÚNICO NA BACIA DO XINGU:** se apenas uma usina hipotética, Belo Monte funcionou abastecendo a rede básica nacional entre 1931 e 1996

A *potência máxima assegurada* teria sido **1.356 MW**

(ou seja: se naquele período, durante alguns dias a demanda ultrapassou 1.356 MW, a vazão turbinável pela usina não assegurou mais do que esta potência, e a demanda teria que ser atendida por outra central na mesma rede)

B) **BELO MONTE COM BABAQUARA (ALTAMIRA) REGULARIZANDO O RIO XINGU:** se apenas duas usinas hipotéticas, Belo Monte e Babaquara funcionaram conjuntamente entre 1931 e 1996

A *potência máxima assegurada* nas duas usinas teria sido **7.950 MW**

Fazendo-se a repartição desta potência entre as duas usinas, supondo o aproveitamento total da água nas duas usinas (sem vertimento turbinável), teríamos:

31% da potência total seria fornecida pela usina Babaquara **3.078 MW**

69% da potência total seria fornecida pela usina Belo Monte **4.872 MW**

Para comparação: era previsto como *potência instalada nas duas usinas* **17.772 MW**

Sendo Belo Monte, na versão mais recente, com uma Casa de Força complementar, ou então

12.090 MW

na versão anunciada em outubro de 2003, com metade de potência na Casa de Força principal de Belo Monte.

A conclusão evidente é que **somente com as duas usinas hipotéticas, Belo Monte e Babaquara funcionando, é que a situação operacional e econômica melhorou e passou a ser aceitável, pois para uma potência instalada de 12.090 MW, a máxima assegurada foi de quase 8.000 MW.**

C) **REPRESAMENTO INTEGRAL DO RIO XINGU E IRIRI:** se as seis hipotéticas usinas funcionaram conjuntamente no período 1931-1996 (Jarina, Kokraimoro, Ipixuna, Iri + Babaquara e Belo Monte)

A *potência máxima assegurada* nas seis usinas teria sido **12.806 MW**

Para comparação, eis os números das *potências previstas para serem instaladas*, conforme a diretriz de “Aproveitamento hidrelétrico integral” do rio Xingu, (IHX, CNEC, Eletronorte, 1980) e registradas no SIPOT:

1. Eixo Jarina	620 MW
2. Kokraimoro	1.490 MW
3. Ipixuna	1.900 MW
4. Iri	770 MW
5. Babaquara	6.590 MW
6. Belo Monte*	<u>11.000 MW</u>

ou então: * na versão reduzida anunciada em outubro de 2003 **5.500 MW**

total da potência prevista para *instalar* **22.370 MW**

ou, total incluindo Belo Monte versão reduzida **16.870 MW**

4. Resumo das dimensões do projeto da usina Belo Monte versão 2004

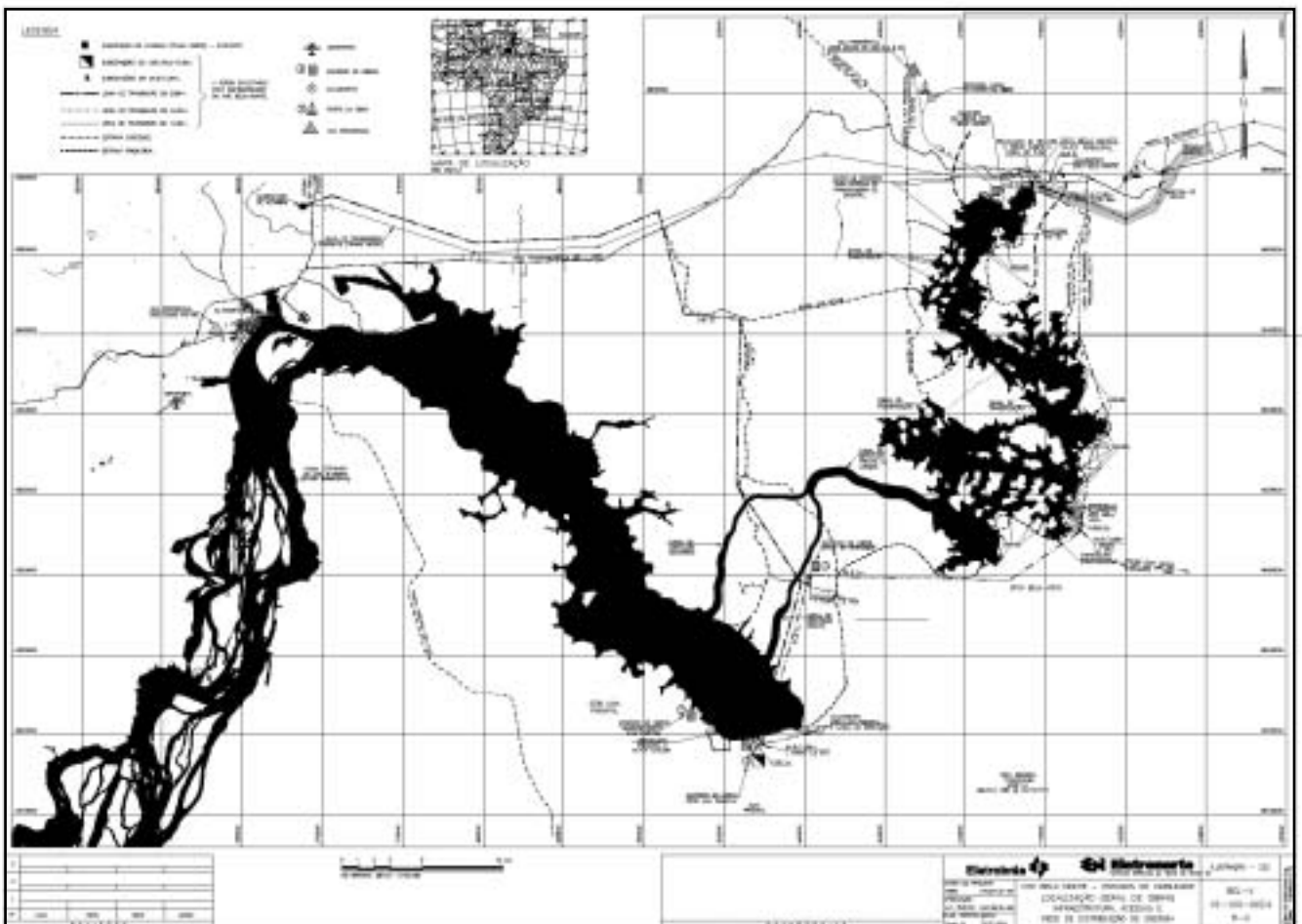
A **potência** total prevista na 2ª versão do projeto, que vigorou desde 1998 até meados de 2003, era de *11.182 Megawatts*, dos quais 182 MW numa Casa de Força complementar, situada no paredão principal da Ilha Pimental, e 11.000 MW na Casa de Força principal (Belo Monte); esta é a mesma potência prevista na versão anterior do projeto, Kararaô, de 1988, mas é maior do que a potência de 8.400 MW indicada no Inventário Hidrelétrico do Xingu (CNEC, Eletronorte, 1980).

A amplitude das **variações da vazão** do rio Xingu é muito grande, e as duas “meias” represas previstas teriam *pequena capacidade de armazenamento de água*. Esta Casa de Força principal trabalharia com a capacidade máxima ou próxima dela durante três meses por ano no máximo; e muitas vezes, nem isto. Somente nos meses de Março, Abril e Maio, o rio Xingu costuma ter uma vazão média mensal *superior* ao engolimento máximo das turbinas de 13.900 m³/s. O Estudo de Viabilidade entregue à Agência ANEEL aponta uma “*energia firme*” da ordem de *4.700 MW* médios (correspondendo a 42 % da potência nominal prevista, um índice perto dos índices comuns a outras usinas no país), como que sugerindo ao leitor que a usina geraria pelo menos nesta faixa de potência, sempre, mesmo nos meses mais críticos do ano. Os cálculos que pudemos fazer indicam que esta “energia firme” somente teria alguma chance de ser mantida, *se fosse de fato* construída a outra represa rio acima, chamada antes de Usina Babaquara, rebatizada Usina Altamira, com um grande reservatório de acumulação, e prevista para alagar uma área de *mais de 6 mil km²*.

A instalação de dez grupos turbo-geradores (TGs) com 550 MW cada, numa primeira etapa, totalizando 5.500 MW, ou de quatorze TGs, totalizando 7.700 MW não resolve o problema decorrente da amplitude das vazões do rio. Embora, com uma potência menor, a usina possa funcionar “perto da capacidade máxima” por um período de tempo maior a cada ano; por exemplo, instalando-se dez TGs, a vazão d’água turbinada cairia para a faixa de *6.950 m³/s*, o quê seria em geral factível por um período de até seis meses, de Janeiro a Junho, se considerarmos as vazões mensais médias já registradas no passado.

18

As **superfícies totais** ocupadas pela água represada e pelos canais seriam da ordem de *440 km² a 590 km²*, uma quarta parte dessa área estaria na represa dos quatro igarapés, criada em terra firme e três quartos dessa área ficariam na calha do Xingu; no projeto anterior, a área chegava a *1100 km²*.



O **volume d'água armazenado** seria da ordem de *3,8 bilhões de m³ de água*, com uma profundidade média das duas represas e do sistema de canais entre 6 e 8 metros. (v. quadro 2.3-1 do Estudo de Viabilidade). Pela concepção adotada para a obra, não seria obtida alguma regularização da vazão do rio. A “correnteza” do Xingu estaria sendo conduzida por três canais principais e alagados rasos, até uma barragem alta (em relação à cota onde ficam as máquinas geradoras e o canal de fuga) mas com pouca profundidade e pouco volume acumulado. As máquinas turbo-geradoras engoliriam a vazão que estiver chegando com o rio Xingu na primeira represa; no jargão da engenharia elétrica, a usina trabalharia na modalidade “a fio d'água”. Na hipótese de realizar a obra em duas grandes etapas, cortando a potência inicialmente instalada pela metade, foi dito que seria construído apenas um canal de adução, retificando um dos dois igarapés, de Maria e Gaioso, e que seria construída a metade da Casa de Força principal. Construir o projeto em duas fases não diminuirá os impactos ambientais ou sociais daquele conjunto de obras; de todo modo os três grandes paredões de rocha e concreto teriam que ser feitos: 1) na Ilha Pimental, a barragem do vertedouro principal, trancando o rio para forçar o desvio da Volta Grande e abrigando a casa de força auxiliar de 182 MW; 2) a barragem do vertedouro complementar abaixo da Cachoeira Jericoá, na margem esquerda do Xingu; 3) o paredão final da segunda represa onde ficaria o prédio da Casa de Força principal, onde hoje passa a rodovia Transamazônica, entre a balsa de Belo Monte do Pontal e Altamira, e o canal de fuga das águas turbinadas até a margem esquerda do Xingu, próximo do igarapé Santo Antonio.

5. Rotas possíveis para a eletricidade de Belo Monte e a (ir)racionalidade elétrica

A destinação da eletricidade que seria gerada não está clara nem compromissada, até fins de 2004.

Pela lógica, são apenas duas possibilidades:

1. atender o consumo de outras regiões e/ou
2. atender a região Norte; e aí os fluxos de energia podem se bifurcar em
 - para atender os mercados convencionais urbanos e rurais da região e / ou
 - para atender os consumidores eletrointensivos aí já instalados e/ou
 - atender os eletrointensivos que venham a se instalar.

Os argumentos e as promessas de **atender o Centro Sul e o Nordeste** com a eletricidade proveniente de Belo Monte são freqüentes no EIA embargado, no estudo de viabilidade apresentado à Aneel, e no discurso de muitas autoridades econômicas e do setor elétrico, nos governos anteriores e no atual.

Para fornecer na base do sistema, somente com a geração adicional de Belo Monte, é difícil que se justifique, impossível, talvez. Em nossa simulação do passado, a usina teria fornecido nas últimas sete décadas, um patamar mínimo de 1300 MW nos meses secos mais favoráveis de todo o período.

Mas, nos meses com mais água e nos anos mais favoráveis, esta usina poderia também despachar excedentes sazonais **para o Nordeste ou para o Centro Sul**, mas isto dependeria de como estivesse despachando a usina de Tucuruí e da capacidade operacional de transmissão das atuais interligações Norte Sul I e II. Quanto à eventual complementaridade entre a sazonalidade do Xingu em Belo Monte e a sazonalidade dos rios onde ficam as usinas no Sudeste e no Nordeste, trata-se de logro técnico, pois poderia haver uma defasagem de apenas 40 dias ou 50, entre o pico da cheia, por exemplo, na bacia do Paraná, em final de janeiro, início de fevereiro, e na bacia do Xingu, em Março ou Abril.

As obras de transmissão para ligar esta energia desde o Xingu até a Linha tronco Norte Sul seriam bastante caras e acrescentariam 60% a 70% ao custo de geração; somente o custo desta transmissão era estimado, em 2001, na faixa de 12 dólares/Megawatt x hora. No capítulo desse livro preparado pelo engenheiro eletricista *André Saraiva de Paula* são ressaltadas as imprecisões, da ordem de bilhões de dólares, conforme as fontes de informação, quanto ao montante de investimento na construção do sistema de transmissão associado à usina Belo Monte.

A empresa pode até baratear, na aparência, estes custos, já que ao longo dos anos, vêm sendo incorporadas nos Planos Decenais da Expansão da Transmissão algumas obras que visam ao reforço da ligação Norte-Sul e à sua integração com o hipotético sistema de transmissão vindo da Volta Grande do Xingu. Mas a manobra é fictícia pois objetivamente são montantes já gastos para a mesma finalidade futura.

Os **mercados locais convencionais**, as maiores cidades dos Estados do Pará, do Maranhão e do Tocantins estão abastecidos, sem qualquer razão para crise ou déficit, e mesmo que avance a carga requisitada pela eletrificação rural, o fato é que são modestos nestes Estados o tamanho populacional e a dimensão econômica. Comunidades na área rural e isoladas na mata, nas beiras dos rios têm mais chances de serem atendidas por eletricidade obtida por meio de placas foto-voltaicas, micro-hidrelétricas, e de moto-geradores queimando óleo diesel, e eventualmente óleo vegetal.

Já os **grandes clientes** (indústrias metalúrgicas e a mineradora CVRD) estão por enquanto garantidos com o acréscimo de geração na etapa II da usina de Tucuruí, quase pronta, e com os contratos (assinados pela 1ª vez em 1984) recentemente refeitos ou substituídos.

A outra única opção, que explique a decisão de construir e instalar uma usina desse porte nesse local -- além do intercâmbio regional - é a eletricidade adicional a ser despachada por Belo Monte servindo para viabilizar **novas ou futuras ampliações das atividades de mineração e metalurgia** na região.

Por exemplo, mais um ou dois mil Megawatts garantidos seriam um bom reforço na transmissão para Vila do Conde, PA e para Ponta da Madeira, São Luis, MA, onde ficam as fundições de alumínio; ou então para uso em Açailândia, MA (ferro-gusas ou ferro-ligas) ou na Serra Norte, PA, na ampliação das minas de ferro e de manganês e nas novas instalações de concentração e de fundição de cobre da CVRD, inauguradas em 2004 pelo Presidente Lula e o Diretor Presidente da CVRD, Roger Agnelli.

De quebra, eventualmente os guseiros e fundições elétricas de ferro-ligas podem se ampliar, e podem também ser construídas novas instalações na região, além da sempre falada hipotética usina siderúrgica maranhense. A empresa norteamericana Alcoa está avaliando a implantação de uma mina de bauxita e refinaria de alumina em Juriti Velho, na região de Santarém, PA, e já manifestou seu interesse em ser sócia do mega-projeto Belo Monte.

20

Esta “opção” pelo uso da eletricidade futura do Xingu no suprimento da mineração e da metalurgia aparece oficialmente como uma dentre outras alternativas, sempre de modo diluído numa cesta de opções...mas está presente de forma mais nítida nos mapas das LTs publicados entre 1999 e 2002.

Só que, para os empreendedores e para o próprio governo federal, não ficaria bem esta “repetição de Tucuruí”: poucos querem assumir que esta eletricidade de alto custo e de grande impacto seria exclusivamente ou principalmente para a viabilizar a mineração e a metalurgia de exportação.

6. Resumo das conseqüências locais das obras hipotéticas da usina Belo Monte

Os **territórios** que seriam mobilizados por este conjunto de obras civis, e mais os que seriam afetados diretamente pela inundação e pela mudança radical das condições locais, incluem

- 1) um grande setor terrestre da Volta Grande entre o rio e rodovia Transamazônica, no trecho dos assentamentos do Incra e das fazendas entre Altamira e a balsa em Belo Monte do Pontal, mais as terras ribeirinhas e barrancas do rio Xingu ao longo de duzentos km, em dois trechos totalmente distintos:
- 2) no primeiro trecho com oitenta a noventa km de extensão, barrancas, terras ribeirinhas e ilhas seriam cobertos de água pelo menos até a *cota 97* metros, (em alguns documentos é mencionada a cota 98m) formando a represa “da calha do rio”. Seriam alagados os terrenos perto dos vários igarapés desembocando no rio Xingu, e, na cidade de Altamira, seriam afetadas as áreas baixas que ladeiam os igarapés Ambé, Altamira e Panelas. (detalhes a seguir)
- 3) e no segundo trecho, mais cento e dez km ao longo da Volta Grande até o local previsto para o canal de fuga, onde a água turbinada na usina re-encontra o rio Xingu, o leito natural desse rio ficará sempre com uma vazão bem menor do que as mínimas históricas. (mais detalhes adiante)

Mais de 2 mil famílias desta periferia urbana seriam obrigados a se mudar, além das 800 famílias na zona rural e 400 famílias ribeirinhas.

No total, seriam 3.200 famílias, aproximadamente 16.000 pessoas, a grande maioria das quais tem pouquíssima informação precisas sobre o projeto e as conseqüências que teria a expulsão de suas casas e de suas terras. Na versão fabricada pela Eletronorte, são todos miseráveis, morando muito mal, sem

serviços públicos mínimos, e ficarão bem melhor após serem indenizados ou nos novos assentamentos que a empresa generosamente lhes oferece.

O artigo do *Robert Goodland*, apresenta um padrão internacional de análise dos impactos das grandes barragens e reconhecimento dos direitos dos atingidos por barragens que poderia indicar procedimentos mais adequados para o planejamento de grandes obras no futuro.

O uso de avaliação estratégica ambiental possibilitaria a avaliação comparativa dos impactos e benefícios de várias opções de projetos de desenvolvimento regional.

O reconhecimento do *direito de consentimento anterior e informado* (Prior Informed Consent) é talvez a única maneira conhecida de garantir que os atingidos por projetos do setor elétrico possam ser sujeitos participantes e ativos na determinação do seu próprio futuro.

Resumindo-se os **efeitos hipotéticos da represa de Belo Monte em Altamira:**

Pode-se deduzir das cartografias que a área construída de Altamira ficaria entrecortada pelos remansos dos igarapés, que estariam represados ao longo de alguns km correnteza acima de sua foz na margem esquerda do Xingu.

Igarapé Ambé. Seriam alagados os terrenos e fornos dos oleiros e a área do balneário São Francisco, ao lado da ponte do acesso rodoviário que liga a cidade à Transamazônica. Várias residências de um lado e outro desta ligação viária teriam que ser retiradas, ou teriam seu terreno diminuído; talvez a própria pista teria que ser elevada e uma nova ponte construída. Na boca do igarapé no Xingu, também haveria remanejamentos a fazer, e talvez a serraria e a cerâmica antigas sejam atingidas; o bairro dos pescadores e carroceiros talvez ficassem cercados de água do igarapé e do rio.

Igarapé Altamira. Seriam alagadas as margens atuais, onde ficam as palafitas, na altura do cruzamento com a rua Comandante Castilho, e todo o espraçamento do igarapé no bairro Brasília, interrompendo ruas, e em alguns casos, tendo que elevar as pistas, as pontes de travessia e as pinguelas que o povo usa todo dia. A conferir, casa por casa, como ficaria o bairro chamado São Sebastião, onde residem os índios xipaia e arara, além de moradores não índios.

Igarapé Painelas. Seriam alagados os terrenos e fornos dos oleiros, e talvez a água atingisse trechos da estrada que liga com o Aeroporto, e a ponte. A verificar como ficariam as duas serrarias que ainda funcionam por ali. Uma perda importante seria a Praia do Pajé, com o seu sítio arqueológico, indicando presença antiga de indígenas por ali.

Calçada da Beira-Rio. A água represada bateria no muro de arrimo da avenida João Pessoa, uns dois metros abaixo da calçada, a conferir. Remanejamento total de todas as moradias ribeirinhas desde o BIS até o Xingu Clube, e modificação radical dos “portos” dos batelões e voadeiras, por exemplo, na rampa do “Seis” onde há várias casas que ficariam abaixo da cota 97 metros.

A avaliar como ficariam alguns tubulões que despejam águas pluviais (e talvez esgotos clandestinos) no muro de arrimo, com as bocas de saída uns três metros abaixo da calçada.

A paisagem da ilha Arapujá bem em frente da cidade ficaria mutilada, a ilha quase toda submersa, somente as árvores mais altas aparecendo.

Efeitos prováveis nas imediações da cidade: As atuais praias desapareceriam ou ficariam com a largura bem reduzida; a maior parte das ilhas ficaria bem reduzida, com a água batendo quase sempre nas árvores. Também mudaria, claro, o modo de operação da balsa que liga a margem esquerda (entre a cidade e o aeroporto) com a margem direita (rodovia “Trans-Assurini”). E os pontos atuais de retirada de areia e de seixos do fundo do rio seriam abandonados, e outros seriam abertos.

Conseqüências na parte fluvial da Volta Grande do Xingu: Os arquipélagos sucessivos, desde rio acima de Altamira até a altura das Ilhas Pimental e da Serra, uma faixa de uns 80 km de comprimento por 8, 10, 20 km de largura, ficariam totalmente cobertos. Senão, quase isto, ficando para fora, até que morram de uma vez, as copas de árvores mais altas, castanheiras, sumaúmas.

Os igarapés Gaioso e da Maria seriam rasgados por máquinas, com largura de até 500 metros, com o fundo concretado, e suas barrancas acrescentadas de diques altos; seriam os tais canais de derivação do

fluxo d água represado em direção à represa dos “cinco igarapés”. Os pequenos afluentes dos igarapés de Gaioso e de Maria seriam contidos do “lado de fora” dos diques, e formariam alagadiços intermináveis no Inverno e barreiros esquisitos no verão, problema aliás já pressentidos pelos moradores das comunidades rurais nos travessões 27 e 45.

Toda a faixa dos dois igarapés e dos morrinhos que dividem suas bacias fluviais, seria atravessada pela maior estrada de serviço da obra (barragem Pimental e um grande alojamento), e também seria atravessada por linhas de transmissão de eletricidade em tensão de 69 kV para suprir o canteiro de obra; e quando começasse a operar, atravessariam ali as faixas das linhas de 230 kV vindo da Casa de Força complementar.

A maior parte da vazão que chega e passa pela represa acima da Ilha Pimental, seria desviada pelos canais de derivação para a represa e só seria devolvida ao rio Xingu depois de turbinada na casa de força principal em Santo Antonio do Belo Monte.

A descida encachoeirada da Volta Grande tem uns 150 km de comprimento; grosso modo, a primeira terça parte ficará sob a água da represa; nos dois terços finais, a calha do rio será a mesma, mas a vazão será sempre menor do que as menores vazões históricas observadas no rio a cada mês.

As vazões liberadas pelo operador da usina para jusante, em 2/3 da Volta Grande serão sempre menores que os “piores meses” em termos de vazão.

Supondo-se que o operador seria a Eletronorte e que ela cumprisse daqui a tantos anos a sua promessa atual, os números tirados do EIA apontam a situação seguinte:

- no Inverno amazônico, as mínimas mensais mais baixas foram em Março, com 9.561 m³/segundo e em Abril, 9.817 m³/s, e conforme o EIA, seriam liberados um mínimo de 15,7 % e 20, 4 % destas vazões; respectivamente - **1.500 m³/ s em Março e 2.000 m³/ s em Abril**
- em pleno Verão, as mínimas mensais do rio Xingu ali foram de 908 m³/s em Agosto - e a liberação seria de apenas **250 m³/s, uns 27%**; e 477 m³/s em Setembro - quando a liberação seria de apenas **225 m³/s**. Em Outubro, a mais baixa das mínimas mensais, com 444 m³/s, a liberação no vertedouro do Pimental seria de apenas **200 m³/s**.

Ou seja, nos dois meses do verão com o rio sempre mais seco, seriam liberadas a jusante do Pimental, vazões equivalentes a **45 % - 47 % das vazões mínimas históricas** destes dois meses.

Simplesmente nunca naquele trecho o rio teve tais vazões, nem poderia ter, a não ser durante uma catástrofe climática!

A navegação que é bem difícil no Verão, ficaria impossível.

A calha do rio, larga com vários km de ilhas e pedras ficaria praticamente no seco com poças de água, quentes durante o dia, como em geral a água nos trechos mais rasos é quente no Verão, e mornas durante boa parte da noite.

Como ficarão os peixes, retidos nas poças, sem chance de circular, de nadar contra a correnteza? E os carizinhos dourados que todos querem vender para o exportador, sumirão? O mosquito da pedra todos temem que prolifere ainda mais, faz sentido, ele sempre aumenta no verão. Moluscos há muitos nos bancos de areia, podem dominar ou desaparecer? E os pássaros que os comem? E as cobras e quelônios que estão sempre por ali? E as abelhas que ficam na florada dos arbustinhos das restingas?

Se houver o barramento , com o ex- rio ficando bem mais seco, isto facilitaria para os garimpeiros, pois a lâmina d água sempre seria menor do que hoje, os mergulhadores poderiam ficar mais no raso, ou até, desnecessários, pois em muitos trechos, o fundo do rio estará quase sempre à mostra...

Podem até procurar ouro com menos dificuldade e menos custo, só que também eles precisam de água para beber e lavar seu cascalho e sua bateia. Suas dragas precisam de rio navegável para se deslocar de um ponto a outro de garimpagem. As pilhas de seus rejeitos, que já afloram atualmente ficarão como pirâmides eternas ao longo do leito antigo do rio.

Para os que moram nas barrancas e mesmo para dentro, mas próximos do rio, haveria um transtorno grande, aumento de despesas e dos problemas com a captação de água. Talvez algum colapso ocorra em

várias casas e comunidades que usam água de poço. Isto porque o lençol freático no verão fica em geral no nível de 6 a 8 metros abaixo do solo, contando-se a partir das barrancas altas do rio, onde ficam as casas. Se o rio estiver barrado com a vazão bem mais baixa que o usual, estes lençóis podem baixar metros e metros, e alguns podem secar de vez.

Na confluência do rio Bacajá com o Xingu, o encontro das vazões dos dois rios produz atualmente algo tipicamente amazônico: no verão, o rio Bacajá vindo com pouca água pela margem direita, escorre lentamente para dentro do Xingu também com pouca água; no inverno, o Xingu pode vir com tanta força que ao invés do Bacajá despejar a sua água ali naquele ponto, o Xingu é que invade o afluente e formará uma barreira hidrodinâmica, uma espécie de freio, que o povo e os engenheiros chamam de remanso. Este remanso poderia nunca mais existir, se de fato forem liberadas no Xingu as tais vazões ínfimas. O Bacajá chegaria com a sua vazão usual, e escorreria direto no Xingu, sem qualquer resistência ou amortecimento; no trecho final do Bacajá, durante o Inverno, haveria no lugar do remanso que atualmente se forma, uma correnteza mais veloz e um aumento na erosão das barrancas.

Todas as grandes cachoeiras, a começar pela Jericoá, secariam muito, ficariam com quase uma quarta parte de água que deveriam ter, p.ex. em Agosto, ou menos da metade do que deveriam ter, p.ex. em Outubro. Aumentariam muito as extensões de praias e ilhas de areia. A vegetação de restinga e alguns manguezais na parte baixa tendem a morrer, pois podem ficar uma ou mais estações sem ser afogadas pela água que as fertiliza. Ou, porque suas raízes ficariam distantes dos lençóis subterrâneos da região da cachoeira, que tenderiam a baixar, em relação aos níveis de hoje.

Rio Xingu abaixo da praia da Jericoá, começam a desaguar pela margem esquerda, os quatro igarapés que nascem lá perto dos lotes da Transamazônica e dos travessões 45 e 55, e que vêm até aqui na zona das cachoeiras: o **Paquiçamba**, depois o **Ticaruca**, o **Cajueiro**, e o **igarapé Cobal**.

Estes quatro igarapés foram escolhidos para compor uma parte do projeto Belo Monte - a “represa em terra firme”, que serviria para encurtar o trajeto das águas até o desnível final em Santo Antonio do Belo Monte.

Como as barragens que formariam a tal represa são *verdadeiros diques*, elas não teriam vertedouros nem comportas. Conclusão: dali para baixo, cada igarapé represado ficaria completamente seco no início do trecho, talvez se torne intermitente no Verão, e, apenas na época mais chuvosa, poderia reconstituir uma pequena parte de sua vazão usual. Nas margens destes igarapés pode haver um rebaixamento dos lençóis, ou – ao contrário, pode minar água acumulada kms acima, na represa.

7. Resumo das conseqüências ambientais e alguns riscos dos projetos Belo Monte e Babaquara no âmbito regional e planetário

O sistema hídrico *represa de hidrelétrica* é, em cada local, inédito, algo que nunca houve antes; a represa se sobrepõe ao ecossistema fluvial anterior. Os habitats existentes são destruídos, inteiramente ou em parte, e outros habitats serão criados na represa e nos novos relevos e interfaces por ela definidos. Se e quando for feita a 1ª. obra, seriam mais de 400 km², ou 40 mil hectares cobertos por duas “meias” represas ligadas por meio de canais; se for feita a segunda seriam mais de 6.000 km² ou 600 mil hectares. Nesses novos sistemas ocorrerão:

Mecanismos certos, mas com diferentes resultados em cada represa:

- estratificações de temperaturas e luz por camadas, conforme se aprofunda na massa d'água, quanto mais fundo mais frio e mais escuro;
- afogamento e putrefação da vegetação, do húmus e dos resíduos orgânicos do solo anterior - no fundo da represa, com a emissão conseqüente de ácidos orgânicos voláteis ou gasosos, de hidrocarbonetos, de gases carbônicos, e às vezes de sulfetos voláteis ou gasosos;
- formação e decadência lenta dos “paliteiros” de árvores moribundas nas áreas onde antes havia árvores, mais a formação e putrefação lenta dos falsos brejos que se formam nas margens mais rasas e remansos da represa;
- acúmulo de sedimentos trazidos pelo rio e afluentes da represa e retenção de uma parte desses sedimentos pelas plantas aquáticas;

- evaporação da lâmina d' água, evaporação nos vertedouros construídos e no turbilhão dos canais de fuga da usina; evapotranspiração das plantas aquáticas;
- seleção forçada das espécies da microfauna, dos bichinhos que vivem nos sedimentos e dos peixes, crustáceos, moluscos e batráquios que sobrevivem no lago;
- bloqueio ou dificuldades nas rotas migratórias de espécies aquáticas; novos pontos de parada em rotas migratórias de aves e de animais peri - aquáticos; proliferação de insetos dos tipos de águas paradas (nos remansos) e dos tipos de águas revoltas (nos vertedouros da barragem).

Em cada **novo ecossistema**, as populações destas espécies poderão se reproduzir enquanto as condições biogeoquímicas não se alterarem muito, enquanto não houver descontinuidades grandes na cadeia alimentar, na oxigenação da água do rio. Poderão se reproduzir enquanto estiverem dentro de um rio e de uma represa com condições hidrodinâmicas e bioquímicas suportáveis, dentro de extremos delimitados (p.ex. de renovação e velocidade ou estagnação da água, de sua acidez e temperatura, da concentração de íons metálicos e ou de compostos orgânicos tóxicos) por parte das espécies que ali vivem, e das que por ali passam.

As represas sempre ficam sujeitas às possibilidades de **degradação provocadas por eventos e atividades na bacia de montante**, nos rios e igarapés que as formam, e nas terras em toda a sua orla: os mais comuns são o aumento da sedimentação por causa de erosão e do acúmulo de esgotos e de efluentes industriais não – tratados; contaminação decorrente do uso de agro-químicos; fermentação do material orgânico excedente com consumo de uma parte do oxigênio dissolvido na água.

Como a atividade agrícola e agropecuária vêm se intensificando na área drenada pelos mesmos igarapés que hipoteticamente desembocariam nas represas, haverá sempre o risco de acúmulo de excesso de nutrientes (nitratos, fosfatos) e de amônia dissolvidos na água e nos sedimentos. Como os esgotos da cidade de Altamira também podem se acumular em trechos da represa, deve-se contar com a ocorrência de proliferação de algas e de plânctons de determinadas espécies, por exemplo, de cianobactérias e de outras que provocam intoxicações nos peixes e nos humanos. O processo é conhecido como **eutrofização do corpo d'água**, e potencializa vários dos efeitos já descritos.

As árvores deixadas em pé nos reservatórios – formando a paisagem chamada de paliteiros – vão se decompondo e sua parte exposta acima da água emite **gás carbônico (CO₂)**. No fundo dos reservatórios não há oxigênio, e a decomposição produz o **gás metano (CH₄)**.

Nos primeiros anos o metano vem da decomposição das camadas de folhas da floresta, do húmus, e de uma parte do carbono do solo; o gás continua sendo produzido em anos posteriores pela decomposição de plantas herbáceas que crescem, a cada ano, nas áreas expostas temporariamente, na vazante, ou seja, quando o nível d'água desce. A água que passa pelas turbinas vem de níveis mais profundos nos reservatórios, onde o metano é mais concentrado.

O artigo do pesquisador *Philip Fearnside* analisa minuciosamente esse processo de emissão de gases carbônicos, que **contribuem para o aumento do efeito estufa** no nível global, considerando a hipótese de construção das duas usinas, Belo Monte e Babaquara. Uma parte do gás metano produzido no enorme reservatório de Babaquara seria liberada na própria represa e na barragem (vertedouros e turbinas) e outra parte seria repassada a jusante para a represa Belo Monte, fazendo aumentar as suas emissões próprias.

O conjunto formado por Belo Monte e Babaquara teria um saldo negativo, em termos de emissões de gases de efeito estufa, quando comparado com uma usina termelétrica à gás natural durante pelo menos 41 anos após o enchimento da primeira represa.

Além disto, aumentando a formação, dentro da água das represas, de ácidos orgânicos (acético, fórmico) e eventualmente de sulfetos, haveria a **acidificação progressiva da água**, com conseqüências comprovadas para a saúde animal e humana, e também para as instalações da usina. Os prejuízos decorrentes da **corrosão acelerada** de todas as partes metálicas dos equipamentos em contato com a água, já foram comprovados pela mesma Eletronorte na usina de Balbina, Amazonas, e pela Celpa, na usina de Curuá-Una, próximo de Santarém, PA.

Com a acidez, haverá uma maior solubilização de íons de metais pesados existentes na própria terra em contato com rio (leito e barrancas, rochas e lajes), e dos compostos trazidos pelos sedimentos e pela correnteza, ou eventualmente resíduos de atividades econômicas como o uso de mercúrio no garimpo;

ocorrerá o processo de **bio-metilação de metais pesados** e em seguida, o processo de bio-acumulação desses metais, ao longo da cadeia alimentar, a contaminação atingindo, com taxas de concentração exponenciais, os animais aquáticos e peri-aquáticos (síndrome de Minamata).

Grandes estruturas e represas também costumam provocar **eventos sísmicos**, ou tremores de terra; e no caso das duas represas Belo Monte e Babaquara, que se formariam sobre leito rochoso cristalino, com fraturas naturais e cavernas, aumenta também o **risco de extravazamento da água acumulada** para terrenos localizados em bacias vizinhas – que usualmente ocorre também (chamado de percolação) através dos paredões das barragens e dos diques laterais dessas represas, trinta deles na represa Belo Monte e muitos mais, com dezenas de km de comprimento na represa Babaquara.

Enfim, trata-se da destruição de um dos monumentos fluviais do País e do Mundo, a Volta Grande do rio Xingu, algo para o quê é impossível de se estabelecer compensações, ou mesmo mitigações. Isto é o que está sintetizado, na forma de uma teoria geral sobre estas mega-hidrelétricas, no último capítulo do livro, de autoria do professor *Oswaldo Sevá*.

8. A terceira tentativa dos barrageiros e dos “eletrointensivos”, desde 2003.

Durante os anos 1990 e no começo da década atual, a polarização política e partidária que se formou em Altamira e no Pará a propósito desse mega-projeto, indicava quase sempre os parlamentares e candidatos dos partidos então considerados de esquerda, o PT, PCdoB, PSB, como sendo opositores do Belo Monte, e – por simetria, eram a favor da obra os partidários locais e regionais dos governos estaduais do PMDB (J. Barbalho) e depois do PSDB (A. Gabriel e S. Jatene), alinhados, neste caso, com o governo federal na era Cardoso-Maciel.

Em 2001 e 2002, todos que acompanhavam o caso tinham a sensação de que uma vitória do candidato Lula poderia sepultar o projeto Belo Monte e os demais que eram mantidos na berlinda exatamente pelos políticos e militantes da antiga oposição.

Mas não! Uma das razões é que, durante os primeiros meses do novo governo, em 2003, o senador José Sarney, aliado do governo Lula, convencia a cúpula federal da importância e oportunidade do projeto Belo Monte. No início de 2004, mostrou que ainda comandava o seu feudo na máquina federal, provocando a troca de presidente da Eletrobrás, que é a empresa acionista principal da Eletronorte e das outras geradoras estatais Furnas e Chesf.

Os “novos” dirigentes marcam o retorno do engenheiro Muniz e de sua equipe à frente do projeto de barrar o Xingu. Mas agora, tiveram que se contorcer para diminuir o tamanho do investimento previsto, reconhecendo que a empresa não tem como bancar sozinha, e que precisa atrair investidores para se associarem ao seu projeto Belo Monte, e além disso, parecem ter convencido a presidência do banco estatal BNDES, mesmo sem a devida análise técnico-econômica, de assegurar uma parte do financiamento.

A “saída” agora apontada como natural é a formação de um consórcio de grupos poderosos, capazes de alavancar o financiamento aqui e no exterior, e depois, contratar a compra de alguns pacotes de eletricidade de bom tamanho: as três geradoras estatais, mais as empreiteiras, lideradas pela Camargo Correa, as fabricantes de equipamento pesado como a ABB, a Voith-Siemens, e as indústrias grandes consumidoras de eletricidade, lideradas pelas mineradoras e metalúrgicas Alcoa, CVRD, e a australiana BHPBilliton.

A Eletronorte portanto, será provavelmente uma sócia menor desse denominado *Consórcio Brasil*, e provavelmente restará a ela a função de fazer o serviço político local, dobrar os resistentes, neutralizar os descontentes, fomentar os apoiadores. E talvez venha a administrar a sua insistente “inserção regional”, repartindo os “royalties” futuros por meio de uma “special purpose company”, tudo dentro de seu delírio de poder regional, de se tornar um Estado dentro do Estado do Pará.

A novidade agora é algo bem mais estratégico: todos podemos ter a certeza **de quem vai operar** – não será a Eletronorte sozinha nem a principal sócia – e **de quem vai usar a eletricidade** dessa obra, se acaso um dia ela chegar a ser feita – não será o “resto do país”, nem o Nordeste à beira da crise, muito menos a malha elétrica Centro Oeste Sudeste, e sim as indústrias eletrointensivas que já comandam esse mesmo espetáculo na Amazônia paraense e maranhense e pelo mundo afora há um século.

Notas

¹ Em 2001: o então Presidente da Eletronorte, José Muniz Lopes, em entrevista com a jornal O Liberal (Belo Monte entusiasma a Eletronorte por Sônia Zaghetto, 15/07/2001), afirmou “Nós tínhamos, no planejamento do setor elétrico para o intervalo 2010/2020, três novas usinas: a de Marabá, a de Altamira (antiga Babaquara) e a usina de Itaituba (São Luís do Tapajós). Alguns jornalistas dizem que

não falo dessas usinas porque quero escondê-las. Apenas elas não estavam na ordem do dia. Como brasileiro, com compromissos históricos com a região, não poderia deixar de colocar para apreciação das entidades superiores a necessidade que nós avancemos os estudos relacionados a essas usinas. Elas foram analisadas num primeiro momento, mas não tiveram seus estudos aprofundados. O que estou pedindo agora é autorização

para aprimorar esses estudos. Ora, você imagina que pedaço de Brasil poderemos ter se, em seqüência às obras de Belo Monte, pudessemos dar início logo às obras de Marabá, mais na frente às obras de Altamira e depois Itaituba”.

² http://www.planobrasil.gov.br/arquivos_down/relatorio_avaliacao.pdf em 01.04.05



PARTE IV

**O anti-exemplo ali perto,
o povo ameaçado e confundido**

Capítulo 9

Política e sociedade na construção de efeitos das grandes barragens: o caso Tucuruí

Sônia Barbosa Magalhães

No período compreendido entre 30 de outubro e 01 de novembro de 1984, foi realizado o primeiro Encontro Tucuruí, que contou, oficialmente, com a promoção da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB - Seção Pará), da Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH/Pará) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG). Foram convidados para participar das mesas realizadas representantes de instituições de pesquisa – Museu Paraense Emílio Goeldi e Universidade Federal do Pará; representantes do governo federal em diversas instâncias afetas à questão – Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT) e Superintendência de Combate à Malária (SUCAM); representantes de diversos órgãos do governo estadual – Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Pará (IDESP), Instituto de Terras do Pará (ITERPA), Secretaria de Planejamento (SEPLAN), além de representantes municipais, como o prefeito de Tucuruí e vereadores. E, representantes da ELETRONORTE – de Tucuruí e de Brasília.

Com a presença de cerca de mil pessoas deslocadas compulsoriamente com a construção da Barragem, sobretudo de camponeses (homens, mulheres e crianças), o Encontro tinha como objetivo principal publicizar a situação vivenciada, que se caracterizava pela insegurança advinda do próprio deslocamento compulsório, particularmente agudizada naquele momento de enchimento do lago; e pela ausência de informações sobre o processo de transferência que havia sido iniciado. Principal informação

reivindicada: qual a área inundada e quando seria recebido *o lote para trabalhar e a casa para morar*. Naqueles dias, que se sucediam a um período que se iniciara com a desocupação da área para formação do lago, em setembro de 1984, centenas de famílias encontravam-se *acampadas* na parte final da

245



Rua Santo Antônio, à época, uma rua secundária que ligava a sede do município à vila operária do acampamento: em barraquinhas cobertas por lonas e plásticos de cores diversas, um amontoado de pessoas – homens, mulheres, crianças, jovens, idosos – permanecia há mais de trinta dias, em sua maioria à espera de uma resposta da empresa sobre a situação de sua transferência.

Passaram-se 20 anos¹. Muitos encontros, acampamentos, reivindicações, negociações... Em 17 de junho de 2004, o clima era de tensão. No *acampamento* montado, desta feita no interior da área da ELETRONORTE, em diagonal ao escritório da diretoria, dezenas de famílias impacientavam-se com mais uma reunião adiada, sem que houvesse uma resposta definitiva e conciliadora sobre as reivindicações que, agora, diziam respeito aos *expropriados*² da primeira e da segunda etapa. Desde abril de 2004, em um período por eles contabilizado em exatos 56 dias³, dezenas de barracas abrigavam centenas de pessoas, que têm se revezado com a expectativa de resolver uma situação que consideram *pendente* há 20 anos. *Pendência* é a palavra que os *expropriados* utilizam para remarcar a situação que eles vivenciam, por sua vez, atribuída à dívida social contraída – e não paga – pela ELETRONORTE. Para os *expropriados* da primeira etapa, as *pendências* vem se prolongando e, por vezes, se metamorfoseando, desde 1984. E, todas dizem respeito, direta ou indiretamente, ao modo como a ELETRONORTE tratou as populações a serem transferidas e seus territórios⁴.

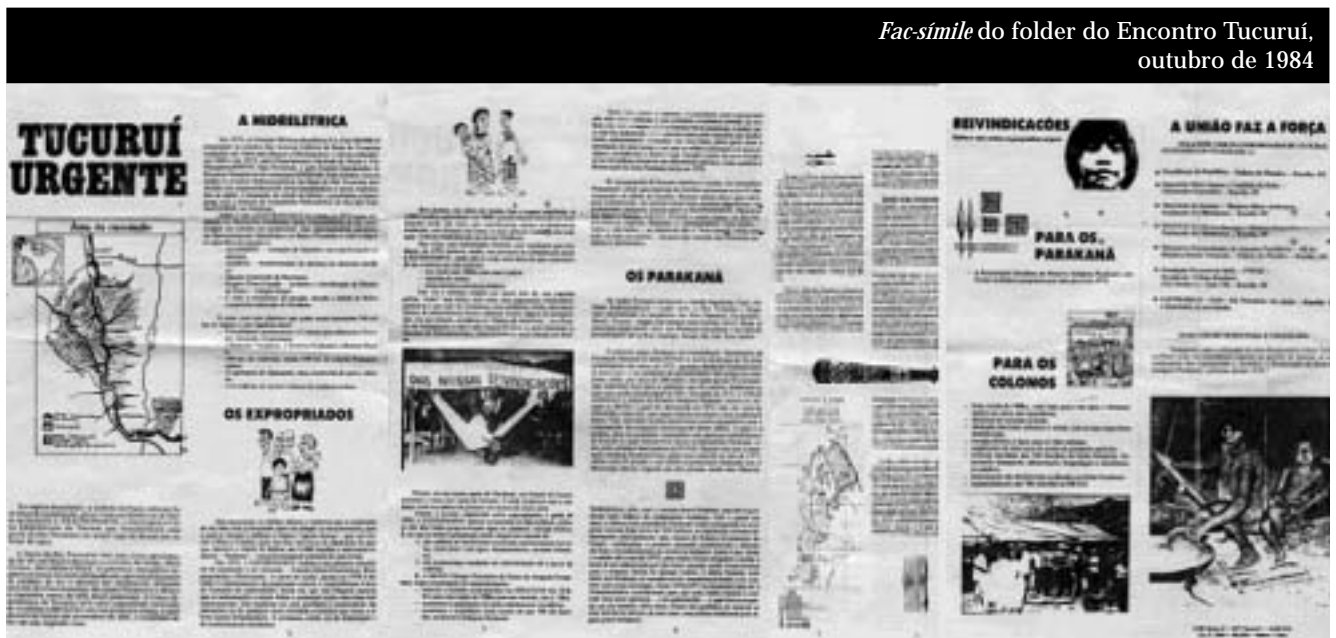
Ao longo destas duas décadas, muito se escreveu e muito se falou sobre Tucuruí, isto é, Tucuruí jamais perdeu a atualidade e os parágrafos precedentes

tiveram o propósito de chamar atenção para a particular situação que ali se verificou e que ainda perdura. Como se fora em cascata, os efeitos sociais da construção da barragem vão ganhando amplitude e abrangência, seja porque novos fatos não cessam de surgir seja porque o movimento social repõe – como em Sísifo – esta atualidade. De tal modo que, hoje não se pode falar em Barragens na Amazônia sem se recuperar esta memória – Tucuruí se interpõe como exemplo e contraponto, sobretudo no contexto atual de geração de hidreletricidade no país. Com uma matriz que enfatiza a opção hidrelétrica, está previsto para a Amazônia o papel de província hidro-energética, a partir da qual serão gerados mais de 80% do total de geração previsto para o país até 2020. Neste total, está claro, inclui-se o barramento do rio Xingu tratado neste livro. Mas, apenas para a Bacia dos rios Araguaia e Tocantins estão previstas cerca de 14 grandes hidrelétricas, para as quais estima-se que serão “atingidas” cerca de 75 mil pessoas.

Mas, por que Tucuruí continua a despertar interesse? Por que continua atual? – Pode-se afirmar que a atualidade de Tucuruí deriva da força do movimento social e do movimento sindical local e nacional e a partir desta atualidade, podem ser levantados dois pontos fundamentais:

- 1- A dimensão dos efeitos sociais das grandes barragens é também resultado do modo como os atores sociais os vivenciam e os representam. Logo, as dinâmicas social e política determinam a abrangência dos efeitos;
- 2- Os efeitos sociais são também resultado das leituras e interpretações equivocadas (do ponto de

Fac-símile do folder do Encontro Tucuruí, outubro de 1984



vista político e técnico) da realidade, que informam o planejamento e as ações que daí derivam.

Vejamos estas assertivas, analisando, no segundo ponto, especificamente, o procedimento da ELETRONORTE em relação à cota de inundação na chamada *segunda etapa de Tucuruí*.

A atualidade de Tucuruí e o movimento social

A atualidade de Tucuruí deriva da força do movimento social, em níveis local, regional, nacional e internacional e do movimento sindical local e regional. São os movimentos social e sindical que têm sustentado e reproduzido para a sociedade os problemas ocasionados pela construção da barragem e, cada vez mais, chamando a atenção para a eventual replicabilidade destes efeitos em outras situações similares. O maior exemplo desta assertiva é a inclusão do “Caso Tucuruí” no estudo realizado pela Comissão Internacional de Barragens⁵. E, especialmente, o esforço dos representantes dos *expropriados* para fazer prevalecer a sua versão no relatório final desta Comissão. Esforço que mais concretamente se manifestou na criação de um “comitê”, além do Grupo Consultivo responsável pela elaboração do estudo, inicialmente previsto. Este comitê, formado por representantes do Movimento Nacional de Atingidos por Barragens, do Movimento de Expropriados de Tucuruí, de um representante da ELETRONORTE e de um pesquisador, foi criado apenas em Tucuruí, por pressão do movimento social, com o objetivo específico de acompanhar/avaliar os relatórios parciais elaborados pelo grupo consultivo e sugerir modificações e encaminhamentos necessários, cf. CMB, 15 e 16/01/2000.

Para quem conhece a história de Tucuruí, são evidentemente perceptíveis as “lições” incorporadas ao Relatório Final, cuja formulação tem origem nas reivindicações construídas no âmbito do movimento social local. Por exemplo:

“Em diversas barragens existentes, é possível otimizar seus benefícios, resolver *questões sociais pendentes* e intensificar as medidas de mitigação e restauração ambiental (...) um esforço especial deve ser empreendido para resolver as *questões sociais pendentes* (CMB, 2000:30, grifos meus).

“No passado, os aspectos sociais e ambientais, e também aqueles envolvendo governo e cumprimento de preceitos, foram desvalorizados no processo decisório”, (CMB, 2000:38).

No relatório geral, que diz respeito ao estudo como um todo, contemplando a análise de oito casos em todo o mundo, foram identificadas sete situações ou ações reconhecidas como desestruturadoras, que

guardam estreita correlação com o caso Tucuruí e, especialmente, com os efeitos que os representantes do movimento social empenharam-se em destacar:

- a) “os efeitos negativos não são adequadamente avaliados ou sequer considerados. A gama desses impactos é considerável - sobre a vida, a subsistência e a saúde das comunidades afetadas que dependem do ambiente ribeirinho;
- b) milhões de pessoas que vivem a jusante de barragens - particularmente aquelas que dependem das funções naturais das planícies aluviais e da pesca - também sofreram graves prejuízos em seus meios de subsistência e a produtividade futura dos recursos foi colocada em risco;
- c) Muitas pessoas deslocadas não foram reconhecidas (ou cadastradas) como tal e, portanto, não foram reassentadas nem indenizadas;
- d) Nos casos em que houve indenização, esta quase sempre mostrou-se inadequada; e nos casos em que as pessoas deslocadas foram devidamente cadastradas, muitas não foram incluídas nos programas de reassentamento.
- e) Aquelas que foram reassentadas raramente tiveram seus meios de subsistência restaurados, pois os programas de reassentamento em geral concentram-se na mudança física, excluindo a recuperação econômica e social dos deslocados.
- f) Quanto maior a magnitude do deslocamento, menor a probabilidade de que os meios de subsistência das populações afetadas possam ser restaurados.
- g) Mesmo nos anos 90, em muitos casos os impactos sobre os meios de subsistência a jusante não foram adequadamente avaliados ou considerados no planejamento e projeto de grandes barragens” (cf. Comissão Mundial de Barragens, 2000:20).

Poderiam ser citados vários outros trechos. No entanto, o que é importante reter é que as chamadas *pendências de Tucuruí* são repostas ano-a-ano, dia a dia pelos movimentos social e sindical. E estas *pendências*, na atualidade, dizem respeito a três situações diferenciadas: a primeira diz respeito aos *expropriados da primeira etapa*, espacialmente localizados a montante; a segunda aos *expropriados da segunda etapa*, localizados na área alagada em decorrência do alteamento da cota, também a montante da barragem; e, por fim, aos *atingidos de jusante* - desde a primeira etapa.

Na área de montante, as principais reivindicações atuais referentes à primeira etapa e que estão na raiz dos mais recentes acampamentos realizados em janeiro e em abril de 2004, são:

- complementação do lote rural, com base no módulo agrário da região, em vigor na ocasião do deslocamento;
- pagamento de itens hoje reconhecidos como indenizáveis e que não foram incluídos na

planilha de 1980, como cobertura florística e área de vazante;

- pagamento do “tempo parado”, isto é o intervalo de tempo entre o anúncio da indenização e a transferência;
- e, revisão de processos de indenização e seus respectivos pagamentos, inclusive gastos com deslocamento não ressarcidos pela empresa.

Em carta dirigida ao “negociador”⁶ da empresa, em 31 de janeiro de 2004, no âmbito do acampamento de janeiro de 2004, a Comissão de representantes ressalta a continuidade que se verifica entre 1984 e 2004, isto é, ao longo dos vinte anos:

Hoje 31/01/2004, às 00:30 horas a comissão reuniu em Assembleia os atingidos que estão no pátio da ELETRONORTE, com a finalidade de apresentar e relatar o que foi discutido na reunião de ontem (...) os expropriados não arredarão os pés do pátio da empresa enquanto não tiverem os seus pedidos atendidos e receberem os referidos pagamentos.

O fato da ELETRONORTE ter recusado fornecer-lhes ou doar-lhes alimentação não os farão recuar de seus propósitos, uma vez que é sabido pela empresa que **este movimento dura mais de 20 anos**, sempre superaram este tipo de barreira, e passar fome virou rotina para todos, o que não é novidade (grifos meus).

Em relação aos municípios atingidos à jusante, é também exemplar o redimensionamento dos efeitos, a partir da atuação do movimento social.

Historicamente, a ELETRONORTE, e todo o chamado setor elétrico brasileiro, trabalha com o conceito de área atingida como igual a área alagada. Uma variante deste conceito é a chamada área de entorno, no caso, equivalente à área de entorno do lago. Segue-se como máxima que o ‘efeito social’ é produzido sobre a área alagada e não sobre o novo território – ou sobre o novo contexto social e ambiental - que surge como decorrência da própria intervenção. Com base naquele conceito, por exemplo, todos os

municípios a jusante da barragem foram excluídos das chamadas ações de “mitigação de efeitos”, salvo ações pontuais referentes à qualidade da água, por sua vez decorrentes de amplo processo de mobilização social e política.

Até 2002, somente os municípios de Tucuruí, Breu Branco, Novo Repartimento, Jacundá, Itupiranga e Rondon do Pará eram reconhecidos pela empresa como “área atingida” pela construção da barragem⁷. Isto é, os municípios que tiveram território alagado. Somente em 2003, a ELETRONORTE admitiu oficialmente como “área atingida” da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, os seguintes municípios situados a jusante: Baião, Mocajuba, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru e Cametá. E, em diagnóstico realizado, constata para esta área, dentre outros, os seguintes processos, cf. ELETRONORTE, 2003:

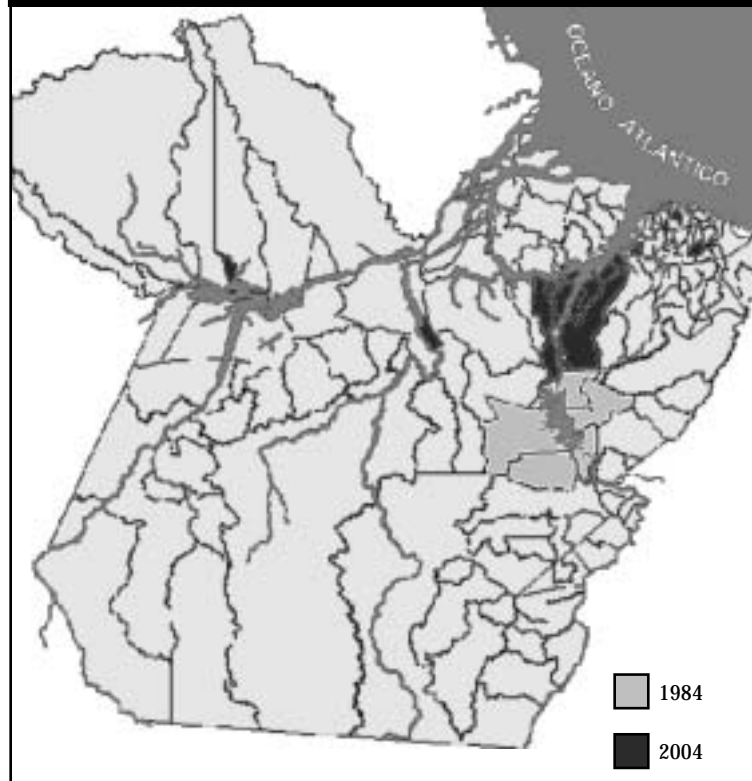
- alto índice de emigração, com registro de decréscimo absoluto de população nos municípios de Limoeiro do Ajuru e de Baião (pg. 21/24);
- forte êxodo rural (pg.24);
- estagnação econômica, com redução das atividades agropecuárias (pg.25);
- declínio da produtividade média da agricultura (pg.32)
- diminuição do PIB em termos absolutos em todos os municípios, especialmente nos dois municípios mais importantes da microrregião –

Cametá e Igarapé-Miri (pg.25/27)

Estes processos, vale dizer, são reconhecidos como tal 20 anos após o discurso libertador que cercou a implantação da hidrelétrica no início dos anos 80 do século passado, cf. MAGALHÃES, 1992.

Mais recentemente, isto é, em 2004, como resultado da nova conjuntura política e da situação desencadeada com a implantação da segunda etapa, foram acrescentados à “área atingida” mais 06 municípios, totalizando 16 municípios,

Ilustração 1 – Área atingida pela UHE Tucuruí (segundo Eletronorte) - 1984 e 2004



cf. assinalados no mapa acima: Abaetetuba; Baião; Barcarena; Breu Branco; Cametá; Goianésia do Pará; Igarapé-Miri; Itupiranga; Jacundá; Limoeiro do Ajuru; Mocajuba; Moju; Nova Ipixuna; Novo Repartimento; Oeiras do Pará; e Tucuruí; ou 17 municípios, se incluirmos Rondon do Pará. Estes municípios estão inseridos em micro e mesorregiões diferentes – Sudeste e Nordeste Paraenses e Região Metropolitana de Belém - e apresentam características e dinâmicas sociais e históricas próprias.

Este novo recorte redefine e alarga a área atingida pela UHE de Tucuruí, de certo modo incorporando antigas reivindicações especialmente capitaneadas pela Colônia de Pescadores e pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cametá. Por outro lado, incorpora demandas surgidas em um novo contexto e a partir de outras dinâmicas, especialmente decorrentes da atuação/associação de um grupo de prefeitos e vereadores daqueles municípios e de uma aparente inflexão na postura da empresa em direção a um contato e/ou negociação mais estreita com os prefeitos locais, não ficando claro ainda o lugar da interlocução do movimento social nesta nova dinâmica. De todo modo, tratam-se de gestões e negociações muito recentes, cujo processo ainda não pode ser analisado e cujas consequências ainda não podem ser previstas.

A segunda etapa de Tucuruí

É chamada segunda etapa de Tucuruí, a segunda fase de instalação de turbinas para duplicação de sua capacidade de geração de aproximadamente 4 mil para 8.370 MW. Oficialmente, foi iniciada em 1998; o projeto básico data de 1996 e o primeiro Plano de Ações Ambientais data de 1999. Desnecessário dizer que os efeitos sociais são tratados nos chamados planos ambientais. Já foram instaladas 03 novas turbinas e a conclusão total desta etapa está prevista para 2006/2007.

A segunda etapa de Tucuruí é marcada pelo aumento da cota de inundação e pela ausência de estudos ambientais. Fazendo prevalecer o princípio da anterioridade da obra à Resolução do CONAMA 001-86 que tornou obrigatória a realização do RIMA⁸, a ELETRONORTE está realizando a segunda etapa de Tucuruí sem os estudos de impacto previstos em lei para obras iniciadas pós-1986. Inicialmente, parece ter corroborado para a prevalência daquele princípio a afirmação de que não haveria aumento da cota.

A rigor, somente em abril de 1997 a ELETRONORTE demandou o Licenciamento de Tucuruí.

E, somente em 1998, foi concedida pela Secretaria de Ciência Tecnologia e Meio Ambiente do Estado do Pará (SECTAM) a Licença de Operação (LO) da primeira etapa. Nesta mesma data foi concedida também a Licença de Instalação da segunda etapa. Estas licenças, de caráter provisório, foram depois sendo provisoriamente renovadas, até se tornarem permanentes, em 2003, mediante o atendimento de algumas recomendações ou exigências feitas por aquela Secretaria.

Uma das principais consequências da não realização do RIMA foi a ausência de publicização e de discussão dos efeitos da segunda etapa. Pode-se depreender, inclusive, pelos estudos até agora apresentados, que prevalece uma visão compartimentada dos efeitos, não havendo um plano de ação coordenado e concatenado para atender a esta segunda fase.

Até 1999, de fato, a documentação apresentada pela ELETRONORTE consistia basicamente no seguinte conjunto de textos: Projeto Básico – 1996; Licenciamento – Relatório Preliminar, abril de 1997; Programa de Macrófitas Aquáticas – novembro de 1998; Programa de Limnologia – Qualidade da Água – novembro de 1988; Programa de Estoque Pesqueiro – novembro de 1998; Plano de Ações Ambientais – março de 1999.

De todo modo, cabe remarcar a decalagem de tempo (três anos) e de enfoque entre o Projeto Básico, o Licenciamento e o chamado Plano de Ações Ambientais. O projeto básico é marcado pela chamada “visão holística” do ambiente e nele afirma-se haver uma preocupação em “equacionar” as questões ambientais em Tucuruí. Por uma espécie de surpresa positiva, vê-se ali referência às grandes mudanças sofridas na região, à estrutura fundiária – às migrações, às pressões sobre emprego, às pressões sobre ocupação da terra; às migrações temporárias de agricultores e pescadores, etc. Não obstante, há um *gap* entre o projeto básico e o plano ambiental de 1999, fazendo até supor que foram realizados por equipes diferentes e/ou com propósitos diferentes. O Plano de 97, por sua vez, copia literalmente os trechos do Projeto Básico que dizem respeito ao meio-ambiente. A partir de 98 e no Plano de 99 encontra-se uma outra forma de tratar a questão. A chamada “visão holística” que existe como intenção no Projeto Básico desaparece e faz ressurgir a compartimentalização da realidade, a autonomização do ambiente, enfim, a visão estática da realidade. Re-editando a visão e as práticas de 1979/1980, não há mais sociedade a ser considerada. O sujeito das ações são as macrófitas aquáticas, a madeira submersa, etc.

As observações acima têm o propósito de apenas chamar a atenção para essa especial habilidade do planejamento e dos planejadores da ELETRONORTE em elipsar as sociedades e suas demandas. Embora sob o fogo cruzado do movimento social, a ELETRONORTE não o reconhece ou, no máximo, minimiza-o e passa à segunda etapa ...

A Segunda Etapa – A cota 74

Historicamente, a ELETRONORTE apresenta “dificuldades” em lidar com a cota de inundação. Na primeira etapa de Tucuruí, o decreto de desapropriação da área por utilidade pública contemplava uma área bem superior, cujo perímetro era estimado em 5.200 km, atingindo ao que se presumia ser a cota 76. Em seguida, seja pela indefinição, seja pelas chamadas dificuldades de restituição aerofotogramétrica, seja pelas características da área marcada pela abundância de pequenos rios e cursos d’água, o lago previsto para 2.430 km², acabou atingindo a 2.875 km², significando um aumento no espelho d’água de 18,3% e, conseqüentemente, a inundação de áreas destinadas ao reassentamento, que se traduziu em uma segunda transferência - às pressas, não prevista.

No Projeto Básico da segunda etapa, lê-se:

“Para a 2ª. etapa não será necessária nenhuma inundação incremental, ficando o reservatório com as mesmas características físicas atuais, **com exceção do deplecionamento máximo que passará a ser de 10,0** – entre a cota 72 e 62,00” (Projeto Básico, pg.10-3, grifos meus).

Parêntesis. Antes de prosseguir com a mudança de cota, algumas indagações, ainda que breves, fazem-se necessárias, sobretudo porque permanecerão atuais mesmo havendo o aumento da cota. Por exemplo, poder-se-ia perguntar o que pode significar este deplecionamento, se considerarmos as ilhas, e as margens do lago, ocupadas, inclusive com loteamentos criados pela própria ELETRONORTE? Como vai ficar o conhecimento duramente apreendido nestes 15/20 anos, a partir do qual seja os agricultores seja os

pescadores já conseguem aproveitar a vazante artificial e o nível máximo das águas? E já conseguem distinguir o comportamento da fauna aquática, sobretudo dos peixes do lago? Como fica a vida cotidiana, marcada pelo local onde as casas estão construídas, por uma distância conhecida para o abastecimento d’água, etc? No limite, a questão do deplecionamento diz respeito diretamente ao conhecimento acumulado. Populações que tiveram todo o seu conhecimento arquivado, em menos de duas décadas depois defrontam-se novamente com alterações importantes no ambiente em que vivem, resultando, por conseguinte, em novas conseqüências econômicas e sociais, cuja abrangência e limites não parecem ter sido suficientemente considerados.

Até 1999, pois, afirmava-se que não haveria “qualquer acréscimo no corpo d’água do reservatório a montante”. Previa-se, no máximo, uma inundação de 50 hectares que correspondia a uma pequena ampliação circundante às margens do próprio lago.

Uma versão oficial apresentada pela ELETRONORTE para a decisão do aumento da cota, combina a crise energética de 2001 com as injunções políticas. Diz textualmente, que:

“em decorrência da crise energética por que passa o Brasil e da necessidade de implementação de soluções a curto, médio e longo prazo para equacionamento e solução do problema, o Governo Federal editou a Medida Provisória nº 2.147, de 15 de maio de 2001, criando e instalando a Câmara de Gestão da Crise de Energia – GCE com o objetivo de propor e implementar medidas de natureza emergencial para compatibilizar a demanda e a oferta de energia elétrica, de forma a evitar interrupções intempestivas ou imprevistas do suprimento de energia elétrica (...) uma vez editada essa MP, e em sua decorrência, os prefeitos do entorno do reservatório da UHE Tucuruí, apoiados por parlamentares federais do Pará, solicitaram ao Ministro das

Minas e Energia que mandasse estudar a elevação da cota normal de operação da UHE Tucuruí de 72,00m para 74,00m em troca de um Programa de Inserção Regional que trouxesse benefícios para os referidos municípios”, cf. ELETRONORTE, 2003.

No mesmo ano de 2001, o aumento da cota foi autorizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), argumentado o aumento



Tabela 1 – Áreas Inundadas - Cota 74 – Usina Hidrelétrica de Tucuruí – 2ª etapa

Intervalo de Cotas (m)	Áreas Inundadas (ha)		
	Terra Firme	Ilhas	Total
72-73	5.312,46	2.583,11	7.895,57
73-74	6.203,68	2.320,37	8.524,05
TOTAL	11.516,14	4.903,48	16.419,62

Fonte: ELETRONORTE, 2002

da capacidade geradora da usina em 110 megawatts (MW) firmes.

No entanto, desde 2000 a ELETRONORTE havia informado o aumento da cota à SECTAM. E mais: em dezembro de 2001, informou, no âmbito das solicitações feitas por aquela SECRETARIA, que a área a ser inundada havia sido estimada em 370 km².

Em 2002, a ELETRONORTE apresentou novos dados, informando que a área a ser inundada havia sido super-dimensionada e que de fato seriam inundados 164 km², discriminadas conforme a tabela abaixo.

Nos documentos até agora apresentados, de fato, não há um tratamento minucioso do comportamento do lago, no que diz respeito às suas consequências para as populações locais, tanto de jussante quanto de montante. A partir de alguns dados, entretanto, pode-se inferir a abrangência do alagamento previsto:

- aproximadamente 4.000 famílias terão suas terras total ou parcialmente inundadas;
- cinco municípios terão novamente áreas alagadas: Tucuruí, Novo Repartimento, Breu Branco, Jacundá, Nova Ipixuna e Itupiranga
- em levantamento preliminar, haviam sido identificadas 3.548 propriedades parcial ou totalmente alagadas, sendo a maioria dos municípios de Novo Repartimento e Tucuruí;
- metade da área a ser inundada apresenta vegetação nativa, sendo caracterizada como floresta ombrófila densa;
- desaparecimento de 337 ilhas e surgimento de outras 283;
- proliferação de macrófitas aquáticas⁹.

No que diz respeito às ilhas, cabe lembrar que a formação do lago motivou o surgimento de mais de hum mil e quinhentas ilhas que, desde o final dos anos 80, vêm sendo ocupadas, tanto em razão de processos migratórios decorrentes dos efeitos ambientais sobre a base produtiva tradicional,

como é o caso dos pescadores artesanais do Baixo Tocantins, quanto dos deslocamentos ocupacionais ensejados pelo surgimento mesmo destas novas condições de produção.

A ocupação destas ilhas, motivou, em abril de 2002, depois de um longo processo de mobilização iniciado em 1994, a criação, através da LEI nº 6.451, de três Unidades de Conservação da Natureza, assim intituladas: Área de Proteção Ambiental do Lago de Tucuruí - APA LAGO DE TUCURUÍ; Reserva de Desenvolvimento Sustentável de ALCOBAÇA - RDS ALCOBAÇA e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Pucuruí-Ararão - RDS PUCURUÍ-ARARÃO. A correlação entre estas unidades e o aumento da cota ainda não foi colocada em pauta.

Nesta segunda fase, algumas alterações no comportamento da empresa, relativas ao processo de indenização, notadamente no que diz respeito à Planilha de Cálculo, contou com a participação efetiva de diversas organizações locais, de tal modo que os valores não têm sido objeto de questionamentos. Não obstante, ainda restam em frequente disputa: as áreas efetivamente alteradas, uma vez que permanece, por parte da empresa, a equivalência entre *alagado* e atingido; e, o lento processo de pagamento. Em novembro de 2003, ficou consignado em “Ata da Reunião entre ELETRONORTE e Comissão do Alçamento da Cota 72 para 74 metros do lago da UHE Tucuruí”, algumas destas questões:

(...) o Diretor informou que dinheiro não era problema, mas nenhum processo foi pago e os atingidos têm cobrado das lideranças (...)

(...) Há falta de comunicação entre a ELETRONORTE e a liderança dos atingidos, tendo sido dois líderes impedidos de entrar no prédio do alçamento por motivo de segurança (...)

(...) representante pede esclarecimento se o pagamento será efetuado de uma única vez ou em parcelas, pois as pessoas já firmaram compromissos com base nesses pagamentos

(...) pergunta acerca do pagamento do lucro cessante (...)

A guisa de conclusão

O que se pode observar é que os efeitos sociais da segunda etapa de Tucuruí ainda estão socialmente em construção. A interconexão entre primeira e segunda etapa, bem como o alagamento ainda não efetivado talvez estejam contribuindo para um relativo distanciamento dos processos e dinâmicas que certamente serão desencadeados. Por seu turno, foi mais uma vez como fato consumado que a mudança de cota se impôs. Foi através de espaços abertos na legislação que se subtraiu à sociedade e especialmente às populações atingidas a oportunidade de acercar-se dos processos e das transformações que lhes serão impostas.

Ancorado em sua própria experiência, e no espaço aberto na arena política, é que os representantes do movimento social local têm tentado reduzir os efeitos que incidem sobre as suas vidas e o seu futuro. No atual momento, consideram vitória a planilha de cálculo que baseia as indenizações e continuam a tentar impor um novo conceito de atingido e ultrapassar o desgaste cotidiano dos atrasos, mudanças de prazos, redefinição de áreas e cronogramas, e etc.

No caso de Tucuruí, desde 1983/1984, as populações locais vivenciaram e/ou compartilharam de três situações de deslocamento compulsório:

1. a formação do lago em 1983/1984;
2. a inundação de determinados locais com o erro da área de inundação;
3. a transferência provocada pela praga de mosquitos.

Evidentemente, estas situações não necessariamente foram vivenciadas por uma só pessoa. Mas a experiência social do triplice deslocamento, esta sim, é uma experiência que se imortaliza na memória social do grupo, através de um processo de reconstrução que é individual, mas que sofre as determinações da experiência vivida coletivamente.

Assim, pode-se pensar que as vicissitudes da história de Tucuruí colocam um ponto de interrogação sobre a possibilidade de lidar com situações similares, sem que se imponham as determinações sociais e políticas aportadas por esta mesma história.

Referências Documentais

COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS. *Dams And Development. A New Framework. The Report Of The World Commission On Dams*. Earthscan Publications Ltd, London and Sterling, VA, November 2000.

COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS. Barragens e Desenvolvimento: Um Novo Modelo para Tomada de Decisões. *Um Sumário*. O Relatório da Comissão Mundial de Barragens, novembro de 2000.

_____. Relatório da Reunião preparatória para a 2ª Reunião de Trabalho do Grupo Consultivo, Tucuruí, 15 e 16 de janeiro de 2000, mimeo.

ELETRONORTE. Plano de Desenvolvimento Sustentável da Microrregião a jusante da UHE Tucuruí, março de 2003.

_____. Termo de Solução de Obrigação Indenizatória, 2003.

_____. Licenciamento – Relatório preliminar. Unidades 01 a 23, abril de 1997.

_____. UHE Tucuruí. Etapa Final – unidades 13 a 23. Plano de Ações Ambientais, março de 1999.

_____. Resposta às Condições da Licença de Operação, nº 234/2002 referente à elevação da cota do reservatório da UHE Tucuruí, 2002.

MAGALHAES, S.B. “Lições de Tucuruí para a construção de Grandes Barragens na Amazônia”,

Comunicação apresentada no Encontro “Os movimentos populares, as instituições de ensino e pesquisa e o desenvolvimento regional na área de Tucuruí”, promovido pela Eletronorte, Museu Paraense Emílio Goeldi e Centro Universitário do Pará – Cesupa, 10 a 12 de abril de 2003, mimeo

Ibidem. Produzindo Interpretações: “O encontro Tucuruí como ritual”, *paper* apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UFPA, Doutorado, 2003, 16 p.

Ibidem. Tempo e trajetórias: reflexões sobre representações camponesas. In: HÉBETTE, J, MAGALHÃES, S. B.,

MANESCHY, M.C. (orgs.). *No mar, nos rios e na fronteira. Faces do campesinato no Pará*. Belém:Edufpa, 2002, p.235-274.

Ibidem. Expropriação e Mobilização: a dupla face da relação entre os Grandes Projetos e a População Camponesa. In: Jean Hébette (Org.). *O cerco está se fechando*. 1ª. ed., Petrópolis/Belém:Vozes, 1991, p. 176-198.

Ibidem. Tucuruí, uma análise da visão do Estado sobre o Campesinato. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi/Antropologia*, vol.8 (1), julho de 1992.

MAGALHAES, S.B, BRITTO, R., CASTRO, E. *Energia na Amazônia - avaliação e perspectivas sócio-ambientais*, MPEG/UFPA/UNAMAZ Eds., Belém, 1996, 2 vol.

TADEI, W. P. “O Gênero *Mansonia (diptera:culicidae)* e a proliferação de mosquitos na Usina Hidrelétrica de Tucuruí. In: MAGALHAES, S.B, BRITTO, R., CASTRO, E. *Energia na Amazônia - avaliação e perspectivas sócio-ambientais*, MPEG/UFPA/UNAMAZ Eds., Belém, 1996, 2 vol.

Notas

¹ A Usina Hidrelétrica de Tucuruí foi construída pelas Centrais Elétricas do Norte do Brasil (ELETRONORTE), no período compreendido entre 1975 e 1984, com uma previsão de potência instalada de 4.000 MW nesta que é considerada a primeira etapa de construção. O lago formado possui uma área de aproximadamente 2.875 kms quadrados, com 170 kms de extensão. Para a formação deste lago foi inundada grande parte dos territórios dos municípios de Tucuruí, Jacundá e Itupiranga; e, uma pequena parcela do município de Rondon do Pará. Foram inundados uma sede municipal - Jacundá - e dezenas de povoados, estimando-se em aproximadamente cinco mil o número de famílias camponesas transferidas compulsoriamente pela ELETRONORTE. O represamento parcial das águas teve início em 1979, realizando-se o enchimento total do lago cinco anos depois, entre junho de 1984 e março de 1985.

² Expropriado é a identificação assumida por todos os deslocados compulsoriamente com a construção da

barragem. Esta designação, inicialmente atribuída pela ELETRONORTE, foi metamorfoseada em categoria identitária, cf. MAGALHÃES (1991).

³ Este Acampamento tem sido marcado por períodos de forte tensão, como por exemplo no dia 10 de junho de 2004, ocasião em que foi transferido e instalado dentro do pátio da prefeitura da vila residencial da ELETRONORTE.

⁴ Ver a propósito da visão da ELETRONORTE sobre as populações deslocadas e seus territórios MAGALHÃES 1992.

⁵ A Comissão Mundial de Barragens foi criada em 1998 para analisar os efeitos e os conflitos dos projetos de represas e propor uma nova solução. Em novembro de 2000, a CMB publicou o seu relatório final.

⁶ Em outubro de 2003, a ELETRONORTE indicou um negociador oficial para tratar com os expropriados da primeira e da segunda etapa.

⁷ Cabe advertir que o caso de Rondon do Pará jamais foi abordado

pelo movimento social e não será tratado neste texto.

⁸ Prevaleceu, no caso da segunda etapa de Tucuruí, a Resolução de 06 de setembro de 1987 (art.12§5º): "Para o empreendimento que entrou em operação anteriormente a 01 de fevereiro de 1986, sua regularização se dará pela obtenção da LO sem a necessidade de apresentação de RIMA, mas com a concessão encaminhando ao(s) órgão(s) estadual (ais) a descrição geral do empreendimento; a descrição do impacto ambiental provocado e as medidas de proteção adotadas ou em vias de adoção".

⁹ As macrófitas aquáticas foram responsáveis, logo após o enchimento do lago, por uma intensa proliferação de mosquitos em diversas áreas da borda do lago. Entre 1988 e 1990, período considerado mais crítico, as famílias que haviam sido assentadas nestas áreas tiveram que ser novamente deslocadas. Em 1986, a área ocupada pelas macrófitas no reservatório de Tucuruí foi estimada em 860 km². Ver TADEI, 1996.

Capítulo 10

Índios e barragens: a complexidade étnica e territorial na região do Médio Xingu

Antonio Carlos Magalhães

A proposta de construção de barragens junto à Bacia Hidrográfica do Rio Xingu é bastante antiga e, se quisermos tomar algum período mais recente para os seus levantamentos e estudos, já se poderia contar cerca de 25 anos. Ou seja, em 1980 um grupo de antropólogos fôra então contatado pelo CNEC, com o aval da Associação Brasileira de Antropologia/ABA, para analisar preliminarmente possíveis conseqüências junto aos povos indígenas com a construção de barramentos nessa região. Prevvia-se, pois, conforme o contido no documento “Estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia Hidrográfica do Rio Xingu” (CNEC, 1980), o aproveitamento integral dessa Bacia Hidrográfica – era estimada a construção da cinco hidrelétricas no Rio Xingu e uma no Rio Iriri o que alcançaria a aproximadamente 40 povos indígenas. Tal previsão desvelava que tais barragens atingiriam desde os índios Juruna da terra indígena Paquisamba, os mais próximos a Altamira, a cidade de São Félix do Xingu, e o próprio Parque Indígena do Xingu, no estado do Mato Grosso. No ano seguinte, Aspellin & Santos [1981] trazem a público “Indian Areas Threatened by Hydroelectric Projects in Brazil”, no qual elaboraram uma análise mais detalhada sobre hidrelétricas e povos indígenas, abordando todo o território nacional, incluindo as variáveis concernentes ao Complexo Hidrelétrico do Xingu.

Em 1988, a Comissão Pró-Índio/SP publica – *As Hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas*, leitura obrigatória para a análise sobre a construção de barragens e suas implicações sociais. Retomava, pois, essa

discussão de forma muito mais ampla, alertando para os perigos que tais barramentos poderiam causar a esses povos e à população regional, apontando, inclusive, para alternativas outras que não apenas aquela proveniente da hidroenergia em grandes barragens. Aqui, em tese, já não se tinha mais o aproveitamento integral do Rio Xingu, mas sim um conjunto de cinco barramentos – Babaquara, Cararaô, Juruá, Ipixuna e Iriri, e vários diques; deixava de ter lugar a barragem Kokraimoro junto à Terra Indígena Kayapó, mais ao sul. De todo modo, atingir-se-ia a nove povos indígenas – Juruna, Asurini do Xingu, Araweté, Parakanã-Apyterewa, Kararaô, Arara, Xipaya, Kuruaya e Xikrin do Bacajá, além daqueles que se mantêm até hoje sem contato com a sociedade mais ampla. Em 1996, Magalhães, S. et alii publicam em dois volumes *Energia na Amazônia*, produto de um seminário internacional, ocorrido em 1994, em Belém, por iniciativa do Museu Paraense Emílio Goeldi e da Universidade Federal do Pará. Esta é uma obra de referência para todos os que analisam a implantação de grandes projetos, principalmente aqueles voltados à produção de energia, suas alternativas e as conseqüências sociais, ambientais e econômicas que acarretam.

Agora, e pouco mais de quinze anos depois, volta-se à discussão sobre a possível construção da barragem Kararaô, sob a nova denominação de Belo Monte, cujo EIA-RIMA foi iniciado em 2000 e, ao que se tem notícia, seus resultados ainda não foram tornados públicos. Ainda que reformulada quanto às propostas iniciais, Belo Monte traz à cena

as mesmas preocupações anteriores, inclusive, em razão dos mesmos erros já cometidos. Isto é, não houve e não tem havido até aqui qualquer discussão ampla e transparente acerca da construção de empreendimento de tal envergadura quer com os povos indígenas, quer com a população regional. A bem da verdade, no ano de 2001, por iniciativa da FASE e da Prelazia do Xingu, foi realizado em Altamira, no Instituto Maria Mathias, um encontro com a Eletronorte, no qual se fez presente o seu então presidente. No entanto, tal encontro se revelou pouco produtivo visto que não se obteve maiores informações sobre os encaminhamentos a respeito da construção da Barragem de Belo Monte e de suas implicações junto à sociedade regional, índios incluídos.

No texto que se segue tem-se como ponto central a complexidade étnica e territorial desta região e privilegia a situação dos povos indígenas Juruna do Paquisamba e Arara do Maia; e dos índios moradores em Altamira e seu entorno, incluindo a Volta Grande do Xingu. Assim, o texto está estruturado do seguinte modo: na primeira parte, Povos Indígenas na Região do Médio Xingu, é feita uma apresentação geral da situação territorial dos índios cujas terras estão reconhecidas ou pleiteadas. Na segunda parte, intitulada Povos Indígenas na Região de Altamira, são tratados

os índios, famílias ou agrupamentos indígenas que se encontram em aldeias (Juruna do Paquisamba e Arara do Maia); às margens do Rio Xingu (particularmente na Volta Grande); na cidade de Altamira e na rodovia Ernesto Acioly, que liga esta cidade a Vitória do Xingu. Tal recorte está baseado na proposta mais atual da Eletronorte para a construção da Hidrelétrica de Belo Monte, cujas consequências mais imediatas incidem sobre a Volta Grande do Xingu e a própria sede do município de Altamira. No tocante aos demais povos indígenas é necessária uma análise mais detalhada, que não será feita aqui.

Cabe advertir, todavia, que a relação entre a questão indígena e as barragens nesta região não pode ser pensada apenas a partir de Belo Monte, seja porque já foram aventadas outras possibilidades de aproveitamento hidrelétrico no Rio Xingu, seja porque não se pode pensar este empreendimento de forma isolada, sem considerar o complexo de geração de energia hidrelétrica, a construção de eclusas e demais obras daí derivadas.

1- Povos Indígenas na Região do Médio Xingu

O Estado do Pará possui um total aproximado de 40 povos indígenas que somam cerca de 28.500

Índios Araweté

Eduardo V. de Castro/ISA



peças, cf. dados de 2000, sendo que 8.450 índios se encontram em terras indígenas localizadas na região de Altamira. Nesta região, que engloba além do curso médio do Rio Xingu, os Rios Iriri, Curuá e Bacajá e seus tributários, encontram-se 13 etnias distribuídas em 17 terras indígenas – Arara (terras indígenas Arara e Cachoeira Seca), Arara do Maia (terra indígena Arara do Maia), Araweté (terra indígena Araweté), Asurini do Xingu (terra indígena Koatinemo), Juruna do Paquisamba (terra indígena Paquisamba), Juruna (terra indígena Boa Vista), Kararaô (terra indígena Kararaô), Kayapó (terras indígenas: Kayapó, Mekrãgnoti, Badjonkore e Baú), Kuruaya (terra indígena Kuruaya), Panará (terra indígena Panará), Parakanã (terra indígena Apyterewa), Xikrin do Bacajá (terra indígena Trincheira-Bacajá), e Xipaya (terra indígena Xipaya). Os índios aldeados somam aproximadamente 1815 pessoas, de acordo com levantamento do Distrito Sanitário Indígena/DSEI/FUNASA de Altamira, à exceção dos Arara do Maia e dos Juruna de Boa Vista, não reconhecidos, até o presente, como índios pela FUNAI e incluídos no bojo da população regional pela FUNASA¹.

A região do médio Xingu notabiliza-se por se constituir no que pode ser considerado uma grande província multiétnica, reunindo povos pertencentes a

três dos quatro macro-troncos lingüísticos existentes no Brasil – Tupi, Jê e Karib; não existindo apenas falantes de língua Aruak. Tal fato torna essa região, que se insere no que Galvão [1979 (1959)] denominou de “área cultural Tocantins-Xingu”, excepcionalmente representativa da diversidade lingüística e cultural dos indígenas na Amazônia brasileira e especialmente no estado do Pará. Assim, pertencentes ao tronco lingüístico tupi são encontrados os povos indígenas - Asurini do Xingu, Araweté, Juruna, Kuruaya, Parakanã e Xipaya². De língua jê, tem-se os Kayapó, os Xikrin do Bacajá e os Kararaô, os dois primeiros bastante populosos. De língua karib, os Arara que, por sua vez, estão distribuídos em dois grupos distintos: aqueles contatados pela FUNAI em meados dos anos oitenta do século passado, residentes nas Terras Indígenas Arara e Cachoeira Seca, e aqueles que entraram em contato com a população regional em fins do século XIX e princípios do século XX, conhecidos hoje como Arara do Maia.

É importante ressaltar que a situação territorial é bastante diferenciada. Do total das terras indígenas existentes nesta região, nove delas, cerca de 53%, ainda não foram demarcadas, sendo que duas sequer foram reconhecidas pela FUNAI e duas outras ainda aguardam os trâmites do processo

Tabela 1: Povos e Terras Indígenas na região do Médio Xingu

Povo Indígena	Aldeias	Terra Indígena	Situação Jurídica	População
Juruna*	01	Paquisamba	homologada	70
Juruna**	01	Boa Vista	a identificar	58
Arara*	01	Laranjal	homologada	186
	01	Cachoeira Seca	a demarcar	72
Arara do Maia***	01	Arara do Maia	em identificação	84
Araweté*	01	Araweté	homologada	312
Asurini do Xingu*	01	Koatinemo	homologada	118
Kararaô*	01	Kararaô	homologada	39
Kayapó****	?	Baú	delimitada	6.300
	?	Mekrãgnoti	homologada	
	?	Kayapó	homologada	
	?	Badjonkore	delimitada	
Kuruaya*	01	Kuruaya	delimitada	113
Panará****	01	Panará	delimitada	202
Parakanã-Apyterewa*	02	Apyterewa	delimitada	325
Xipaya*	01	Xipaya	identificada	59
Xikrin*	02	Trincheira-Bacajá	homologada	471
	01	Tukum	Lote INCRA	41

População Total – 8.450

*Fonte DSEI/Altamira (2004); **Fonte, (i.p. 2004); ***Fonte, CIMI/Altamira (2003); ****Fonte, ISA, (2000)

demarcatório (v. tabela abaixo). Ou seja, tomados os procedimentos necessários para o reconhecimento e a identificação das terras indígenas para a sua demarcação, os trabalhos emperram sempre no processo demarcatório e na sua conseqüente homologação. Não há novidade nisso! Ademais, há grupos indígenas não reconhecidos pela FUNAI como os Juruna de Boa Vista (km 17) e os Arara do Maia; e terras indígenas que, embora demarcadas, jamais satisfizeram às necessidades de sua população – é o caso dos Juruna do Paquisamba, que solicitaram à FUNAI a ampliação de seu território.

No presente, o processo de reordenamento na ocupação do espaço tende a ser fortemente acentuado seja com a pavimentação da Transamazônica, seja com a construção anunciada da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, seja com projetos governamentais voltados para o aproveitamento econômico do que ficou conhecido como Terra do Meio, isto é, a porção de terras situada entre os Rios Xingu, Iriri, Curuá, Riosinho do Anfrísio³, com cerca de 8 milhões de ha. Esta porção territorial tem sido alvo da extração ilegal de madeira (leia-se mogno, principalmente), além de ações de grilagem de terras, pecuária e garimpos de ouro. As estradas Transamazônica e Cuiabá-Santarém (Br-163), como também a estrada aberta pela Mineração Canópus, entre os Rios Iriri e Fresco, constituem-se em grandes eixos para ocupações diversas dessas terras, configurando um contexto de ameaça à integridade físico-cultural e ambiental das sociedades indígenas e de seus territórios.

Além dos índios aldeados, encontram-se nas sedes municipais, como Altamira, Vitória do Xingu e Senador José Porfírio, grupos ou famílias constituídos por alianças matrimoniais interétnicas ou não, acerca dos quais as informações existentes são ainda preliminares e não sistemáticas. Há também grupos indígenas isolados, que se encontram em três áreas: na Terra do Meio, entre os Rios Iriri e Xingu e a Transamazônica; entre os Rios Iriri e Curuá e daí até a Br-163, e na Bacia do Rio Bacajá⁴.

Como se pode observar, além da diversidade lingüística e cultural existente entre esses povos, verificam-se também diferenças importantes no que diz respeito ao tempo de relacionamento com segmentos da sociedade regional – o tempo e a forma de contato sendo definitivos para a caracterização e a construção das relações interétnicas. Observa-se que se há índios contatados há mais de duzentos anos, caso dos Xipaya, Kuruaya, Juruna, por exemplo, há outros de contato mais recente, efetivado no âmbito dos processos de transformação decorrentes da ocupação da região, realizada

Mapa 1 - Terras Indígenas na Região do Médio Xingu

Fonte: Instituto Sócio-Ambiental



de forma desordenada e à margem do controle do Estado. Este é o caso dos Araweté (1977), dos Arara (entre 1981/83), dos Parakanã-Apyterewa (entre 1983/84), dos Asurini do Xingu (1970), dos Kayapó (década de 60), etc.

Por outro lado, as relações interétnicas, além de diferenciadas estão, no mais das vezes, sendo postas de forma desordenada, viabilizada pelas necessidades advindas do próprio contato, principalmente pela imposição da exploração madeireira e de garimpos, que atende a interesses diversos daqueles dos povos indígenas. Está claro que tais atividades se voltam para a geração de renda entre os indígenas, muitas vezes beneficiando apenas algumas lideranças e suas famílias, alimentando assim um longo processo de exploração dos índios e de seus territórios.

De certo modo, as atividades econômicas estabelecidas no âmbito das relações interétnicas estão conjugadas às estações de chuva e seca da região amazônica. Assim, no caso de Altamira, durante a estação chuvosa é comum que os índios se mantenham mais imersos em suas terras, ocupados na coleta da castanha do pará, a qual, em geral, é comercializada junto à agência inglesa de cosméticos Body Shop, que mantém um escritório nesta cidade. No período do verão, porém, as atividades se distribuem de acordo com outros interesses, especialmente de madeireiros e garimpeiros. A exploração de madeira e de garimpo é realizada pelos interessados, em acordos, muitas vezes, estabelecidos

diretamente com os índios. Neste caso, mencione-se, a título meramente ilustrativo, o Garimpo do Madalena, em terras Kuruaya, descoberto em 1978 por um grupo de garimpeiros que pagava um percentual a João Lima e Maria das Chagas Lopes Kuruaya.



A partir de 1982, instala-se na região a empresa de nome Espeng Minérios e Minerais que abre um campo de pouso junto ao garimpo e vende a área à Brasinor. Esta passa a operar a extração de ouro no local até 1985, ocasião em que, após sérias intimidações e conflitos entre a Brasinor e os Kuruaya, morreu Noá Kuruaya, velha liderança desses índios, possivelmente em razão de uma pancada recebida no tórax de um funcionário da Brasinor, como afirma a Sra. Maria Santarém, matriarca dos Kuruaya. A partir de 1995/96, uma empresa de capital canadense denominada Anaconda passa atuar na região, retirando-se em julho de 1998, após desentendimentos com os Kuruaya, por atrasos no pagamento de seus salários.

Deste modo, e após trabalharem anos a fio na exploração do garimpo para essas empresas e sofrerem processos os mais diversos de espoliação e agressões físicas, estes índios resolveram, recentemente, tomar conta da extração de ouro. No entanto, tal fato tem provocado alterações nas relações intraétnicas, que merecem ser melhor analisadas, e, nas relações interétnicas, visto a crescente presença de não-índios quer enquanto exploradores de garimpo, pagando um percentual aos Kuruaya, quer trabalhando para os índios. É o caso também de alguns Xipaya que, sem uma fonte de renda além daquela proveniente da comercialização da castanha-do-pará e de alguns poucos produtos do roçado acabam, em determinadas situações, por se verem forçados a trabalhar no garimpo do Madalena, em relação subordinada aos Kuruaya. Assim, a exploração do garimpo pelos próprios índios não pode ser considerada auspiciosa – teoricamente inverte-se o processo de domínio, mas permanece o processo invasivo da terra indígena, colocando em risco os próprios índios.

Uma outra fonte de renda é proveniente da pesca, estando esta restrita praticamente aos Juruna do Paquisamba, face a uma maior proximidade de

Altamira. Uma das atividades mais em uso no momento é a pesca de peixe ornamental, principalmente a do cari, um *teleósteo* da família dos *loricarídeos*, no Rio Xingu, mas também no Iriri e no Curuá, onde ribeirinhos de modo geral, índios incluídos, nela tomam parte. O trabalho em sítios ou fa-

zendas próximas, ou, passar uns tempos em Altamira trabalhando numa atividade qualquer se constitui também numa alternativa para a obtenção de melhor sustento. Em outras palavras, a questão da geração de renda entre esses índios é particularmente importante se tomarmos em conta a vulnerabilidade em que eles se colocam frente à sociedade regional e à dependência que daí deriva. Isto significa reconhecer que as alterações territoriais incidem sobre uma gama de relações inter e intraétnicas no âmbito de um espaço social extremamente frágil. Portanto, é preciso estar claro que as mudanças sócio-ambientais que venham a existir sejam no sentido de viabilizar contextos sociais, econômicos e ambientais positivos que possibilitem uma melhor adequação quer no controle do território, quer na geração de renda entre os índios.

2 – Povos Indígenas na Região de Altamira

Por Região de Altamira, denomino todo o espaço territorial hoje ocupado por índios, que engloba a sede do próprio município, o Rio Xingu entre esta cidade e a Volta Grande; e a rodovia Ernesto Acioly. Cabe observar que, embora se saiba da existência de famílias indígenas no trecho do Rio Xingu abaixo de Altamira, ainda não se tem dados suficientes para análise.

2.1. Juruna do Paquisamba

Os Juruna residem à margem esquerda do Rio Xingu, junto à Volta Grande, na Terra Indígena Paquisamba, entre os Igarapés Mangueira e Paraíso, município de Vitória do Xingu. A situação fundiária dessa terra indígena ainda gera inquietações junto aos Juruna. Com os trabalhos de demarcação efetuados em meados da década de oitenta do século XX, a área prevista inicialmente em 6.000ha., acabou por ser demarcada e homologada em aproximadamente 4.350 ha. No ano de 2000, os Juruna

solicitaram à FUNAI a revisão demarcatória e a conseqüente ampliação do território, visto que pontos importantes no processo de ocupação histórica foram deixados além dos limites territoriais. Um dos pontos reclamados com maior ênfase pelos Juruna situa-se na área do entorno da Cachoeira do Paquisamba, local

este contido no simbólico religioso desses índios. O sítio do Senhor Miguel, marido de Dona Miriam Xipaya, próximo da referida Cachoeira é bastante rico quanto aos informes materiais a que se referem os Juruna – trata-se de um sítio arqueológico a céu aberto se assim se pode dizer. Praticamente toda a extensão do terreno que margeia o Xingu está coberto com fragmentos cerâmicos, muito provavelmente de origem juruna. As gravuras rupes- tres contidas nas rochas que formam a Cachoeira do Paquisamba também informam da presença



secular dos Juruna naquela região.

Distante cerca de três horas de Altamira, em voadeira com motor de 40Hp, os Juruna do Paquisamba têm na pesca um dos pontos altos de sua sobrevivência já que comercializam o pescado em Altamira ou junto aos beiradeiros do Xingu,

além da pesca do cari já referida. De resto, retiram da agricultura com a plantação de mandioca, macaxeira, milho, arroz, feijão, batata, etc. a maior parte de sua dieta alimentar. A caça é bastante reduzida e se resume a paca, cutia, tatu; raramente se obtém caças de grande porte como anta, veado mateiro ou porco-do-mato. Tal como a caça, a coleta também é tida como fonte suplementar na alimentação. Muitos deles ora trabalham temporariamente em fazendas próximas, ora se empregam em Altamira. Com uma população flutuante que pode alcançar a 100 indivíduos, os Juruna somam um total de 70 pessoas que residem efetivamente no Paquisamba, das quais 39 pertencem ao sexo masculino. Manoel Juruna é a liderança para as relações interétnicas e as moradias estão localizadas às margens do Xingu e de seu tributário, o Igarapé Seco.

Deve-se salientar que, embora o CIMI/Altamira mantivesse até há pouco tempo uma escola na terra Paquisamba, a sua atuação estava limitada às primeiras séries do ensino fundamental. Alguns jovens, no entanto, deslocam-se para Altamira, residindo em casa de parentes, para completar esta fase escolar, e, às vezes, realizar o curso médio.

O contato desses índios com a população regional data desde o século XVIII. Anteriormente, por volta da primeira metade de 1600, já tinham sido localizados por regionais junto à foz do Xingu. Estes Juruna são descendentes dos que residiam ao final do século XIX, na Ilha Muratá, na Volta Grande do Xingu, entre as cachoeiras do Juruquá e Paquisamba. Fortunato, a única liderança Juruna falante na própria língua, informa que a ilha de Muratá foi habitada por sua família até os anos vinte do século passado, cuja liderança estava a cargo de Muratú, quando se deslocaram para as proximidades do Igarapé Dibandá, local onde os contatos com



Estes Arara estão distribuídos em quatro núcleos residenciais – Maia propriamente dito, Pedro Ferraz, Bacajá, e Vista Alegre que abrigam dezesseis famílias, perfazendo um total de 84 pessoas, de acordo com CIMI/Altamira, e lideradas por Leôncio Arara que nasceu na Praia do Dunga e seus avós residiam na ilha Sucuriju, junto ao Rio Bacajá, sendo a avó Juruna e o avô Arara.

Em razão de relações interétnicas freqüentes desde o século XIX, inclusive mantendo casamentos com regionais e outros índios, como os Juruna, os Xipaya e também com os Xikrin do Trincheira, grande parte da cultura desse Arara se perdeu, ou permanece imersa no esquecimento temporário de alguns. Hoje, Ananun é o único falante da língua Arara no grupo do Maia e atualmente está casado com uma índia Asurini do Xingu, residindo na terra indígena Koatinemo.

2. 3. Índios na Cidade de Altamira e em seu entorno

Neste tópico estão incluídos os índios moradores em Altamira e aqueles localizados às margens do Xingu, notadamente junto à Volta Grande. Tenha-se claro, porém, que a população indígena não aldeada não se limita exclusivamente a este espaço – cidade e Volta Grande. Ao contrário, toda a Bacia do Xingu, incluindo-se aí, como já mencionado, os Rios Bacajá, Iriri e Curuá é historicamente espaço indígena. Portanto, os dados quantitativos aqui apresentados ainda são inconclusivos, até mesmo porque há índios que têm dificuldade em assumir a sua identidade indígena, em razão do próprio processo histórico, que, desde os “descimentos” tem provocado a negação da vida aldeã, como também em razão do preconceito de que são alvos ainda hoje. Deste modo, estimar a população indígena existente na região de Altamira ou na região do Médio do Xingu e de seus principais tributários exige mais do que a tradicional estatística aplicada às terras e às populações indígenas aldeadas.

Historicamente, este município, criado a 6 de Novembro de 1911, através da Lei Estadual nº 1.234, tem suas origens vinculadas às missões jesuítas que objetivavam a catequese dos povos indígenas, na primeira metade do século XVIII. Os primeiros registros históricos foram feitos pelo jesuíta alemão Roque de Hunderfund, incumbido pela Companhia de Jesus de trabalhar nos “descimentos” dos índios de suas aldeias – inaugurando um longo processo de relações interétnicas que persiste até hoje. Índios das etnias Pena, Takonhyapé, Juruna, Xipaya, Kuruaya, Arara foram sendo atraídos pela atividade missionária, a partir de 1752, com a fundação da

Missão Tavaquara. Em razão do período pombalino, a partir de 1755, os jesuítas foram expulsos do Brasil e com isso interrompida a atividade da missão. Pouco menos de um século depois, o Pe. Torquato de Souza retoma, por pouco tempo, os trabalhos missionários, refundando a missão agora sob o nome de Imperatriz. Todavia, os índios “descidos” que se encontravam em Altamira ou em suas proximidades passam a prestar serviços à população regional como mateiros, seringueiros, castanheiros, pilotos de barco, serviços domésticos, etc.

Coudreau [o.c.], por sua vez, informa que durante a sua viagem à região do Xingu, encontrou Altamira então um vilarejo em formação, constituído de apenas três casas na margem esquerda do Xingu, servindo de posto de coleta da seringa e da castanha. A própria missão jesuíta, instalada na foz do Igarapé Itaquari já se encontrava extinta, pela segunda vez, e dela sobravam apenas alguns vestígios como a exploração de salsaparrilha junto ao Igarapé Panelas. Por esse período, embora as notícias sobre povos indígenas não contatados sempre estivessem presentes, é fato também que um contingente significativo de índios apresentava contato bastante próximo com os regionais, como é o caso dos Pena que já estavam dispersos, concentrando-se uma parte na ilha denominada Ilha dos Pena e o restante em perambulação pelo vilarejo que se formava, ou, se unindo a outras etnias. Como visto, parte dos Arara do Pará, cujos descendentes estão hoje no Maia, também já se encontravam em contato com os regionais, ou, faziam alianças matrimoniais com os Juruna, Pena, e os próprios Xipaya, ao passo que outros perambulavam entre o Xingu, o Iriri e o Amazonas. Depreende-se, deste modo, que desde meados do século XVIII a população regional do médio Xingu esteve sempre envolvida quer com os índios que já residiam ou visitavam com certa constância o pequeno entreposto de Altamira que se formava com o ciclo da borracha, ou, também com negros escravos estabelecidos em mocambos⁵.

Na própria cidade de Altamira, às proximidades do antigo aeroporto, do campus da UFPa., e da própria FUNAI, está localizado o que se convencionou denominar de “aldeinha”, ou seja, um conjunto de casas habitadas por índios Xipaya e Kuruaya, em sua maioria, sendo que alguns deles ainda falam a língua materna. Algumas dessas pessoas, não necessariamente residindo na “aldeinha”, mas também em outros bairros de Altamira, são mencionadas como aquelas que melhor falam a própria língua e se recordam de certos costumes tradicionais, caso de *Quirinapani*, hoje possivelmente com cerca de

100 anos, de *Paiaá*, de Maria *Xipayá* ou *Maria do Nãí* (referência ao marido), ambas com mais de 70 anos e falantes *Xipayá* e *Kuruaya*, respectivamente, de Paulinho *Kuruaya*, dentre outros.

Tal como em épocas passadas, os índios que residem em Altamira e em seu entorno não tem, em sua maioria, uma ocupação definida. Mantêm seus roçados de subsistência às margens de rio e igarapés em lotes próprios ou de familiares, ou nas aldeias *Tukamã* (*Xipayá*), *Cajueiro* (*Kuruaya*), *Paquisamba* (*Juruna*), e comercializam o pouco que conseguem como excedente. Muitos deles trabalham como piloto de barcos, empregam-se em trabalhos domésticos em Altamira, outros trabalham na Cooperativa da *Body Shop*, outros são funcionários ou aposentados da *FUNAI* e do *Funrural*, etc. Alguns, porém, conseguiram se formar e cursar faculdade e são professores em escolas municipais ou estaduais. Há ainda jovens que estão em Altamira para estudar e ali permanecem, em geral em casa de parentes.

Na verdade, e como acima referido, há necessidade de que seja realizado um levantamento mais detalhado acerca da situação indígena específica de Altamira e seu entorno. Os dados aqui apresentados carecem de análise mais acurada e tem o propósito de apenas pontuar a diversidade de situações, podendo-se remarcar que dezenas de famílias constituídas exclusivamente por indígenas, ou, estabelecidas em alianças matrimoniais interétnicas, regionais incluídos, residem às margens do *Xingu*, do *Bacajá*, do *Irirí*, do *Curuá*. Assim, podem ser delimitados, em princípio, três espaços específicos: sede municipal de Altamira e arredores, *Volta Grande do Xingu*, e terra indígena *Tavaquara*.

O *CIMI/Altamira* realizou um levantamento também preliminar junto à população ribeirinha, mais propriamente na região da *Volta Grande do*

Xingu, onde constatou a permanência de 82 famílias, totalizando 408 pessoas, conforme tabela abaixo. Neste levantamento, não há registro específico sobre a localidade *Vila do Galo*, ou, como é mais conhecido *Garimpo do Galo*. Na verdade, trata-se de um garimpo em transição para atividades agrícolas, constituído pelas famílias que se formaram na região, em seus casamentos interétnicos com regionais⁶. Conforme informações obtidas no local, há neste garimpo, cerca de 60 pessoas, e uma população flutuante ainda bastante alta, que tem na *Vila da Fazenda* um de seus pontos de articulação sócio-econômica.

Do ponto de vista sócio-antropológico é importante remarcar que a partir de 2000, esses índios iniciaram um movimento no sentido de resgatar a(s) própria(s) cultura(s), reafirmar a identidade indígena e obter formas alternativas de geração de renda que possibilitem melhorias em sua qualidade de vida. No âmbito deste movimento, foi inicialmente criada a *Associação dos Índios Moradores em Altamira/AIMA*, a qual, num levantamento preliminar ainda em processo, afirma residir em Altamira entre 1500 e 2000 índios. Além da *AIMA*, entre os anos de 2000 e 2002, foram também criadas associações específicas para os povos indígenas aldeados, tais como – a *Associação Indígena Arikafú*, para os índios *Xipayá*, a *Associação do Povo Indígena Juruna do Xingu/APIJUX*, referente aos *Juruna de Boa Vista*, a *Associação da Comunidade Juruna do Paquisamba/ACOJUPA*, a *Associação de Resistência Indígena Arara do Maia/ARIAM*, e, está em formação a *Associação Indígena Kuraê*, referente aos índios *Kuruaya*.

Na tabela abaixo⁷, apresenta-se o resultado preliminar da população indígena na *Volta Grande do Xingu*, a partir de dados levantados pelo *CIMI*⁸.

Tabela 2: População Indígena – Volta Grande do Xingu

Local	Famílias	Moradores
Beira do Xingu	14	75
Comunidade Oca	03	13
Comunidade Ig. Itatá	03	13
Comunidade São Pedro, Ig. Arroz Cru, Km. 27 da Transamazônica	09	51
Povo Indígena Arara do Maia	16	84
Ilha da Fazenda	34	159
Ressaca e Arredores	03	13
Garimpo do Galo	10(?)	60

População Total – 468

Obs.: extraindo-se a população referente ao Povo Indígena Arara do Maia, já computada na tabela 1, tem-se um total de **384** pessoas.

2.3.1. Terra Indígena Tavaquara

É este o nome pelo qual os índios nomeiam uma área de aproximadamente 800 ha (2km X 4km), onde se inclui a praia do Pajé, um balneário durante o verão amazônico, situada junto aos atuais bairros São Sebastião e Independente I, à margem esquerda da rodovia que interliga Altamira ao aeroporto. Na verdade, estes dois bairros somados ao Independente II, situado à margem direita dessa rodovia, têm grande parte da sua população formada por indígenas de diversas etnias - além dos Xipaya, Kuruaya, Juruna, há famílias Kayapó, Munduruku, Canela, etc.; pode-se dizer, sem qualquer dúvida, que se trata de uma aldeia urbana.

Adalberto da Prússia [1977], que esteve no Brasil em 1842, também assinala a presença indígena, principalmente da etnia Juruna, neste local de Tavaquara, onde, como referido, foi erguida a sede da missão jesuíta Tavaquara. Não raro, ao se escavar o local, são encontrados painéis e cacos de cerâmica - uma serraria ali existente o fez há pouco tempo, encontrando fragmentos de uma panela que se encontra na loja da FUNAI em Altamira. Tal fato desvela a necessidade premente da realização de estudos arqueológicos no local.

Desde 2000, a Associação dos Índios Moradores de Altamira/AIMA tem como um de seus objetivos o resgate desta área. Reconhecida como terra indígena (a exemplo das Praia do Índio e Praia do Mangue, em Jacareacanga; Terra Indígena Guarani, em Guarulhos/SP), a proposição é criar o Centro de Vivência Cultural Indígena/CVCI que possibilitará além da criação de oficinas diversas (confecção de artesanato, resgate da memória cultural, sede das associações indígenas, etc.) também a criação de um centro educacional, reconhecido pela Secretaria Municipal de Educação, evitando-se assim o constrangimento e o desconforto do preconceito de que são alvos os alunos do ensino médio, nas escolas regulares.

2.4. Juruna da Terra Indígena Boa Vista

Além dos Juruna do Paquisamba, um outro pequeno grupo dessa etnia, constituído por 58 pessoas, se formou ao longo dos anos através de casamentos com regionais. Residem num lote de 50 ha., no município de Vitória do Xingu, às margens de Rodovia Ernesto Acioly que liga este município a Altamira, na terra indígena denominada Boa Vista, ainda não reconhecida pela FUNAI. Praticam a agricultura com o plantio de mandioca, macaxeira, arroz, milho, melancia, mamão, jerimum, etc., e criam algumas cabeças de gado; a

caça é bastante reduzida e a praticam em pontas de mata às proximidades da estrada, resumindo-se àquelas de pequeno porte - paca, cutia, tatu - as de grande porte são raras. Hoje, esses Juruna demonstram grande interesse na piscicultura, procurando aproveitar um remanso que naturalmente se forma nas águas xinguanas junto ao lote. São liderados por Maria Cândida Juruna que preside a Associação do Povo Indígena Juruna do Xingu/APIJUX. A sua mãe, Francisca Lemos Juruna, era a matriarca do grupo até seu falecimento em 2002. A mãe de Francisca Juruna, Clotilde Juruna, pertencia ao grupo liderado por Aramacu Juruna, pai de Arikati Juruna, mãe de Clotilde. Aramacu e seu grupo residiam próximo a ilha de Muratá. Expulso daquela região pelos Xikrin do Bacajá, o grupo de Aramacu começou a vagar entre os Rios Xingu e Iriri, tendo início a saga desses Juruna. Clotilde acabou casando com Tiago de Souza, pai de Francisca, que nasceu no alto curso do Rio Cateté, tributário do Iriri, no início do século XX. Em fuga constante dos Xikrin e de seringueiros, uma parte subiu o Xingu e, de acordo com Maria Cândida, hoje se encontra no Parque Indígena do Xingu.

Anos mais tarde, Francisca casou-se com Plácido Machado, seringueiro vindo do Maranhão, como soldado da borracha. Estabeleceu o seu próprio barracão próximo ao Iriri, por volta de 1932 e com ele trabalharam vários índios. Com a crise da borracha, abandonou o local e se deslocou para Altamira, no início dos anos cinquenta. Neste período adquiriu um lote de 1.500 ha., local em que hoje vivem. No entanto, com a morte de Plácido grande parte das terras foi vendida e hoje vivem no lote de 50ha.

Conclusões

A história da implantação de grandes projetos na Amazônia, qualquer seja ele, hidrelétricas, estradas, hidrovias, etc. tem mostrado que a transformação espacial não se limita apenas ao espaço físico, mas incidem diretamente sobre as relações sociais historicamente construídas. Vale dizer, que apenas a notícia do empreendimento já é sinalizador de tais transformações.

No caso dos Povos Indígenas, impõe-se considerar que está-se tratando do espaço herdado, historicamente produzido no conjunto das relações sociais, ambientais e econômicas, sendo o entendimento destas relações fundamentais para se pensar a sustentabilidade destas sociedades. Qualquer que seja o espaço a ser "projetado", conforme salientam Soja [1980] e Sacks [1986], não há

Capítulo 11

Dias de incertezas: O povo de Altamira diante do engodo do projeto hidrelétrico Belo Monte

Reinaldo Corrêa Costa

266

“Lembramos ainda, Senhor Presidente, que nosso povo e todo este patrimônio arqueológico está sob freqüente ameaça de ter estas terras inundadas pelos reservatórios da UHE de Belo Monte, que faz parte do projeto das hidrelétricas no rio Xingu”.

Carta de Manuel Juruna (líder da aldeia Paquiçamba) ao presidente da Funai. (setembro de 2000).

Está na agenda propagandística a falácia dos ditos projetos desenvolvimentistas para o Brasil. A maioria envolta em discussões acaloradas e controversas, sendo que muitos ataçam os interesses dinheiristas de empreiteiras (nacionais e estrangeiras), e políticos apedeutas. Ao defenderem seus interesses particulares e eleitores aparecem os mais fantásticos argumentos desintegrados e obtusos da realidade do espaço total da obra vitimado pelos projetos, tais argumentos são uma panóplia publicitária que tem como objetivo confundir o entendimento da mídia responsável e impelir os governantes sérios e responsáveis ao equívoco, levando-se em consideração que raramente os governantes têm inteligência, intelecto e competência técnico-científica para arbitrar/decidir em uma avaliação decente dos impactos (negativos e positivos) das obras em questão. Neste ponto vale citar as palavras de Ab'Sáber (2004: 24).

“Nos últimos 20 anos, os governos que se sucederam têm sido pressionados a iniciar a implantação de velhas ou novas idéias e projetos não respaldados por corretos e honestos estudos de previsão de impactos, elaborados por equipes independentes.

Nesse sentido é muito bom lembrar que, em diversos casos, empresas interessadas, depois de produzirem seus projetos técnicos, encomendaram o estudo de previsão de impactos totalmente a favor de sua aprovação. Em alguns casos, de modo antiético e criminoso, selecionaram os eventuais argumentos de uma equipe formada por pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, compondo o ‘relatório final’ ao seu modo e favorecimento. Fato que esvaziou a seriedade dos EIA-Rimas, legalmente exigidos para respaldar projetos de grande porte”.

Um autoritarismo latente da ELETROBRÁS, que por meio de sua filial regional, vem tentando há décadas fazer um outro enclave territorial de impactos negativos na Amazônia, em especial na bacia do Xingu, com base no poder do terror de Estado, pois a ELETRONORTE é uma estatal, e usa recursos públicos para propagandear o empreendimento com antigas e aliciadoras promessas de progresso e desenvolvimento com base apenas na produção de energia elétrica, os alvos são os prefeitos e vereadores dos municípios atingidos, com as já tradicionais promessas de apoiar em infraestrutura, e isso usando recursos públicos inclusive ao buscar apoio de madeireiras, latifundiários, ávidos por lucros rápidos.

O susto do racionamento de energia em 2001 e o temor do “apagão” fazem da propaganda da estatal uma tática de terror, pois se criou um clima de crise energética que só será resolvida com a construção das hidroelétricas no Xingu e, quem for

contra esse empreendimento é taxado de atrasado, anti-progresso entre outras coisas. Ante a idéia de “apagão” grupos que lucrarão de diversas formas com a obra, que dizem que é para o desenvolvimento nacional, sendo que eles se sentem e se julgam o nacional e constroem uma falsa dicotomia entre os pró e anti-progresso nacional, dizem que recurso sem uso é prejuízo para a sociedade nacional, principalmente na geopolítica de mercados. Ideologizam um forte apelo emocional para as classes médias dos centros urbanos despreparados de capacidade de questionamento. Alguns pagarão a conta do “apagão” social e ético que não provocaram.

A novidade é que agora se tem um “Plano de Inserção Regional” da obra de Belo Monte (<http://www.belomonte.gov.br/menu.html>, em 10-10-04), que nada mais é do que capacitar empreendedores para atividades de mercado após o fim da obra, portanto a lógica é de mercado e não social. As hidroelétricas na Amazônia brasileira não são empreendimentos modelo de desenvolvimento na Amazônia, veja o exemplo de Tucuruí (PA).

As hidroelétricas na Amazônia são enclaves territoriais do capitalismo que geram caos social e danos ao meio ambiente e que só aumentam a desigualdade entre ricos e pobres e alimentam a concentração de terras nas mãos de poucos e expulsam índios e camponeses de suas terras ancestrais e tradicionais e geram favelas com aqueles ex-operários que ficaram desempregados após a conclusão da obra.

No quadro da geopolítica mundial a água doce tem um papel crescente como recurso hídrico, principalmente na lógica dos mercados, quando é encarada como commodities, o que é um ponto logístico daquele que detêm grandes bacias hidrográficas, como o Brasil, portanto, barramentos devem ser pensados com muito cuidado, principalmente se forem de interesses privados.

Faz-se necessário salientar que, infelizmente, as hidroelétricas afetam uma área de grande importância, a beira dos rios, o vale dos rios, isso pode parecer uma tautologia, mas ao aprofundarmos o assunto com a devida seriedade, veremos que são nessas linhas (as margens dos rios) que é onde vivem as pessoas, onde se estabelecem vilas e cidades como Altamira (rio Xingu), Belém (baía do Guajará), São Paulo (entre rios Pinheiros e Tietê), Paris (rio Sena), Londres (rio Tamisa), Nova York (rio Hudson), entre outras aglomerações humanas dos tamanhos mais variados, que estão e nasceram às margens de seus respectivos

cursos fluviais. No caso em questão acrescenta-se ainda que “o maior problema é o das terras indígenas, que ultrapassa o aspecto social e envolve o cultural e ético” (ROSA: 1989: 2). Tratando-se de barragens de hidroelétricas, “a regra geral é o efeito desastroso e destruidor”. (ROSA: 1989: 8). E não é um plano de marketing que acabará ou reduzirá as dores e os sofrimentos causados pelos atingidos.

Protagonistas Sociais: um conflito

Para entendermos o que significa para os grupos sociais a ação de um enclave territorial, temos que cruzar as informações disponíveis com a realidade da situação social da região central do Estado do Pará, polarizada pela cidade de Altamira.

As informações fazem-se necessárias ainda que o foco central das análises seja uma expressão de humanidade sofrida do interior brasileiro. Para a área em questão estou denominando de eixo Xingu-Transamazônica. Nas margens do rio Xingu é que os primeiros contingentes humanos chegaram e se estabeleceram, os paleo-índios, depois os índios e posteriormente os ribeirinhos.

O momento em que houve a situação de contato, prejudicial aos índios, e de subordinação dos ribeirinhos aos donos de terras em uma estrutura agrária exploradora baseada nas drogas do sertão (andiroba, copaíba, castanha-do-pará, entre outras) e posteriormente na borracha/látex. Na década de 70 do século XX, com as políticas públicas territoriais do governo ditatorial, foi construída a rodovia BR-230, a Transamazônica, que trouxe em seu projeto a colonização oficial, para evitar uma reforma agrária, e na situação de fronteira traz consigo também os latifundiários. A cada cinco quilômetros, mais ou menos, uma estrada (ramal) de penetração, conhecida localmente devido ao caráter ortogonal por Travessão, onde houve os assentamentos de colonos, de grupos, geralmente de camponeses sem terras de quase todos os pontos do País.

O projeto de colonização foi melhor estruturado ao oeste de Altamira, onde se encontram terras mais propícias para os cultivos de mercado, do lado leste dessa cidade, e com solos não tão férteis para o mercado, houve uma ocupação nos mesmos moldes do projeto oficial e que depois foi gerenciado pelo governo, do outro lado do Xingu na área conhecida como assentamento Assuriní, houve ocupação, porém sem o posterior gerenciamento dos órgãos do governo, pois não estavam na faixa da Transamazônica.

Dos moradores mais antigos do rio Xingu e dos novos moradores que chegaram com a Transamazônica, configurou-se o que denomino de eixo Xingu-Transamazônica. Um exemplo de duas formas de territorialidade, uma ribeirinha e outra interfluvial. Nesse processo, a cidade de Altamira consolida-se como o centro urbano referência para qualquer grupo social. A polaridade de Altamira aprofunda-se com os incrementos de serviços urbanos instalados.

Uma diletante pseudoquestão, em que alguns técnicos, políticos, acadêmicos caíram, e a respeito do projeto CHX (Complexo Hidrelétrico do Xingu), se este complexo não afetava todo o Xingu, esquecem qual é a escala da bacia hidrográfica, esquecem dos afluentes como o Bacajá, o Bacajaí, o Itatá, o Ituna e o Paquiçamba, entre outros, tão importantes quanto o próprio rio principal. Isto significa que em cada afluente, independentemente de sua ordem de grandeza (1º, 2º, 3º...) existem grupos indígenas, ribeirinhos, vilas e povoados, sendo que o adensamento populacional é maior no eixo Xingu-Transamazônica, donde estão incluídas as cidades de Altamira e de Vitória do Xingu, onde está

Belo Monte, é uma questão trans-municipal, pois ainda envolve o município de Senador José Porfírio, que é descontínuo territorialmente. Pettená (1980) menciona sete hidroelétricas para o Xingu (Gorotire, Kaiapó, Carajás, Babaquara IA, Babaquara III, Juruá e Kararaô) e duas para o Iriiri (Iriiri e Carajari).

Há que se diferenciar entre Política Pública e Política Governamental, sendo que está pode conter àquela ou ser apenas direcionada para vantagens e privilégios para determinados grupos sociais e/ou setores da força produtiva instalados no País. A política governamental não pode ser analisada simplesmente pelo vetor temporal do antes e do depois, no máximo até o início das obras. O durante e o depois são questões que não podem ser antecipadas, pois poderão ocorrer embargos judiciais, greves, falta de financiamentos, desvios de verbas e outros motivos de paralisação, muito comuns no Brasil, principalmente os dois últimos e isso não é factível de adivinhação. A previsão de impactos sim, essa é de caráter metodológico, é uma arte/ciência que poderá ser usada para a compreensão/previsão de processos e nisso inclui o estudos de casos



Protesto Altamira 2002,
MDTX

históricos em semelhantes condições, esse cotejo com situações do passado é necessário e obrigatório para a profundidade do caso em sua peculiaridade local, linear, areolar governamental, ideológica entre outras, e ainda que os planos sejam para a bacia do Xingu é na Volta Grande que dever-se-ão fincar os direcionamentos básicos das análises, pois é nela que estão os planos mais avançados e onde se concentra a maior parte do conjunto social da bacia do Xingu.

O momento é marcado fundamentalmente pela desinformação, sejam verídicas ou como “cortina de fumaça” para camuflar uma situação as mais diversas. No escala da Eletronorte, Eletromorte para os atingidos por barragens, há um laconismo tácito de ampla ideologia do desenvolvimento, com base no poder da propaganda via rádio, outdoors, apoio às festas carnavalescas, entre outras. Nos bastidores sabe-se que há um envolvimento de advogados, políticos, empresários, mas, claramente não se tem informações concretas a respeito dessas reuniões que não são e deveriam ser tornadas públicas, pois envolve a vida de diversas pessoas, o que comprova o caráter de política governamental para um enclave territorial do capitalismo.

A propaganda enfatizando o tão desejado desenvolvimento social como o CHX, tem boa aceitação em alguns grupos, o histórico da área contribui para isso, pois no período da Fronteira, com a chegada da Transamazônica e dos projetos oficiais, o discurso era o mesmo e o progresso não veio, alia-se isso ao fato do boato e asfaltar a BR-230. Em região carente e com a sensação de isolamento e atraso o apelo oficial é bem recebido nos setores mais variados, porém desprovidos de massa crítica, que acreditam que com os *royalties* (uma espécie de compensação por danos ambientais, como se isso fosse possível) e o aumento na população local haverá um incremento significativo no comércio com aumento de fluxo de capital, isso ocorrerá, mas não na escala de economicidade dos comerciantes altamirenses. Esquecem que com as empreiteiras virão de fora, com o apoio do Estado e com força muito maior, os grandes grupos comerciais que poderão levar à falência o comércio local, causando um dano à estrutura social.

No “Cenários Sócio-Econômicos da Região Polarizada pela Futura UHE Belo Monte e Sistema de Transmissão Tramo-Oeste”, são apresentados os “principais atores sociais identificados na região, distinguindo três grupos: os atores internos à região, os atores externos à região, e os atores de

interface, por situarem-se entre os dois.” (Eletronorte, p.36). Como atores internos o “Cenários...” diz: 1- Comunidades Indígenas, 2- Grandes Proprietários Rurais, 3- Pequenos e Médios Proprietários, 4- MDTX (Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica Xingu), 5- Empresários urbanos e 6- Trabalhadores Rurais. Como atores de interface: 1- Movimentos Religiosos, 2- Madeireiros, 3- Militares e 4- Organizações ambientalistas e indigenistas. Como atores externos: 1- Comunidade científica, 2- Organismos financiadores internacionais, 3- Empreiteiras, sendo que neste último temos: “Contraventores, vários grupos de interesse atuam na chamada economia da contravenção, compreendendo o tráfico de drogas e o contrabando, incluindo a biopirataria.” (p.37). O curioso - ou ato falho deste documento - é que a própria Eletronorte não é identificada em nenhum grupo de atores, muito embora esteja próxima dos grandes proprietários rurais, dos empresários urbanos, dos madeireiros, dos organismos financiadores internacionais, das empreiteiras.

Esse movimento pró-hidroelétrica é polarizado pela ACIAPA (Associação Comercial Industrial Agrícola e Pecuária de Altamira). A Eletronorte trabalha com empenho para divulgar um fantástico Plano de Inserção Regional programado para o período de construção da obra e após o término da obra com o intuito de inserir o entorno ao enclave do CHBM, e não o contrário, como seria o mais sensato, incluir o projeto à realidade dos grupos sociais envolvidos.

Para aqueles que serão, esperemos que não, vitimados pela política governamental formadora do enclave do CHX (e a palavra na ‘complexo’ cabe para várias dimensões) existe um vetor de aglutinação, de re-existência social à referida política que é o MDTX (Movimento de Defesa da Transamazônica e Xingu), que polariza diversas organizações sociais como sindicatos de trabalhadores rurais, associações de pequenos produtores, entre outros.

Um dos focos de resistência é a descrença no CHX, isso é enfatizado pelo histórico da Eletronorte, pelo seu passado de desconsiderar nos seus projetos as populações regionais, vide os exemplos de Balbina (AM), Samuel (RO) e principalmente de Tucuruí (PA) de onde veio à energia elétrica, via tramo-oeste, não para as populações da Transamazônica e oeste do Pará e sim para possibilitar a formação do canteiro de obras do Complexo Hidrelétrico Belo Monte.

Durante o período de estudos de viabilidade a Eletronorte fez incursões em lotes, sem pedir autorização dos proprietários, em lotes de camponeses dos travessões, abrindo picadas no meio da mata, marcando árvores, colocando placas com números, causando um temor nos moradores que não sabem como proceder ante essa invasão de propriedade. Essa arrogância da Eletronorte em atuar sem democracia e transparência em seus atos faz com que alguns com um pouco dos seus sofridos proventos comprem terras no município vizinho de Anapu, como garantia de que se perderam suas terras terão onde se refugiar e continuar a vida, acontece que está ocorrendo um aumento no preço das terras que era baixo e com a procura está subindo. Isto pelo temor de ficarem sem uma justa indenização e perderem suas lavouras, o espaço pelos mais variados caminhos torna-se mercadoria.

Outra questão é uma falsa problemática da ideologia da Eletronorte, é que aqueles que estão na Volta Grande do Xingu, do ponto da barragem até o ponto onde está a casa de máquinas (turbinas) em Belo Monte, como ribeirinhos e índios, não serão afetados pelo CHX. A questão dos impactos não deve ser pensada em termos diretos ou indiretos, pois esse raciocínio leva ao equívoco de pensar em o que significa cada um, por exemplo, a área Paquiçamba é de impacto direto ou indireto conforme o atual projeto? Aqueles que terão que deixar suas casas são de impactos diretos ou indiretos, se no próprio projeto existe um remanejamento? É preferível por questões metodológicas de análise pensar em escalas de impactos, sempre fazendo um cruzamento entre os impactos sociais e naturais, pois estes grupos não são dissociados da natureza em seus modos de vida.

Dessa forma quanto mais pessoas e grupos sociais diferenciados existem em uma área, mais complicadores sociais e naturais aparecem. Assim o eixo Xingu-Transamazônica (EXT) por ser a área de maior concentração humana em diferentes escalas sociais e terrestres deve ser o principal foco das pré-ocupações,

ainda que a bacia do rio Xingu seja o alvo de planos e projetos de barragens, pois se na área com maior concentração humana passar a hidrelétrica, que dirá de áreas com menor concentração? O conjunto da Geração Xingu (Xingu, Iriri e Bacajá), assim como os setores oeste e leste do EXT, também serão afetados pelo CHX.

Nesse conjunto de situações, acrescenta-se que um grupo de Altamira recebeu verbas para financiamento de projetos ditos agropecuários, pela SUDAM, e desviou o dinheiro para fins pessoais e alheios ao plano oficial, tal desvio foi amplamente noticiado pela imprensa e este grupo, segundo alguns, tem em seu corpo alguns dos que são a favor do CHX para “esquentar” transações comerciais e facilitar a lavagem de dinheiro.

Na atual situação um dos elementos que alimenta a tensão é o boato, categoria social e política que só encontra campo fértil onde não informação suficiente e/ou não existe consciência social crítica.

Entre os diferentes grupos sociais temos que analisar em que nível o diálogo acontece. Como falamos de relações de poder, não podemos aceitar que a conversa seja como se fossem em igual força índios e camponeses com a Eletronorte, esta é de uma força hercúlea (política, financeira, jurídica, entre outros atributos) se comparada com os dois primeiros, pois é uma estatal barrageira.

Os outros dois são grupos que historicamente são des-assistidos, abandonados e atacados pelos impulsos de desigualdade social no Brasil, são frágeis ante um poder secularmente consolidado. Portanto, tem-se que ter outros mediadores no processo do diálogo, não só com instituições do Estado como a FUNAI, deve-se acrescentar outros, inclusive não-estatais

como o MDTX, que é uma importante fração da sociedade civil organizada. A própria aceitação de trabalhos independentes deve ser colocada na pauta de discussão do processo decisório e a Eletronorte não deve e não pode ser a única organizadora dos fóruns de discussão, este espaço deve ser aberto também para



Morador da Volta Grande,
Monti Aguirre/IRN

as universidades, o ministério público, o MDTX entre outros.

Deve-se lembrar que na realidade brasileira não são somente índios e camponeses e os espaços herdados da natureza que serão afetados, haverá massas de imigrantes que não conseguirão emprego, haverá grilagem de terras para especulação o que já está acontecendo nos arredores de Altamira e de alguns travessões próximos desta cidade.

O EXT é territorializado por diferentes grupos sociais, notadamente em quatro grandes composições: os camponeses da Transamazônica, camponeses ribeirinhos, os índios e o conjunto peri-urbano da Ilha da Fazenda, onde se tem uma corrutela dos garimpos, conhecida como Ressaca, pela sua posição à margem direita do Xingu em um ponto em que o rio fez uma espécie de baía/angra, que localmente é denominada de ressaca.

Atingidos

No conjunto dos atingidos pelo CHX como os camponeses (dos travessões da Transamazônica e ribeirinhos), índios (Juruna, Arara, Xipaia ...), os habitantes do vilarejo Ilha da Fazenda/Ressaca e garimpeiros, além dos habitantes da cidade de Altamira, a relação existente entre esses diferentes grupos, opostos um ao outro ou não, a luta por territorialidade é contínua e, com o boato/insegurança provocado pela Eletronorte, poderá agravar as condições desses grupos principalmente com o contato com os funcionários/operários do CHBM, aproximadamente 20 mil, em vários pontos do eixo Xingu-Transamazônica. O contato é permeado com a chegada de contingentes de pessoas que não conseguirão emprego nas obras e aumentarão os problemas sociais como prostituição, crescimento da violência (roubos, assassinatos ...) e crescimento de mendicância nas prováveis corrutelas que se formarão.

No processo de construção da rodovia Trans-Assurini, da Ilha da Fazenda/Ressaca atravessando o assentamento homônimo, até as margens do Xingu, onde se tem a balsa que leva a Altamira, terá a tendência para aumentar o desmatamento linear, acompanhando a estrada e posteriormente com travessões, fazendo as “espinhas de peixe”, como na Transamazônica, e uma especulação fundiária, luta pela terra, transtornos sociais, isso em uma área onde a Questão Agrária não está resolvida. Tanto na Assurini quanto nos trechos que serão alagados, qual será o processo de desmatamento? No machado/moto-serra? Na queimada? Tordon? Esse é um exemplo de que não é só a

economia que está mundializada, os impactos gerados nas hidroelétricas aumentarão o máximo de áreas desmatadas e com as hidroelétricas cresce a emissão de gases de efeito estufa com impacto mundial, e quem sabe alguma retaliação por danos ambientais por alguma grande potência econômico-militar, “a maioria da liberação de CO₂ acontece na primeira década depois de completar a barragem” (FEARNSIDE: 57: 2003).

A situação não pode ser adivinhada, porém, com uso da previsão de impactos algo pode ser feito; o tristemente clássico exemplo de Tucuruí ainda é válido, e com base nele sabemos o que não deve ser feito, exemplo disso, em uma cidade que não tem tratamento do lixo urbano, como será o procedimento com um acréscimo populacional de no mínimo 20 mil pessoas produtoras de lixo e de águas servidas? Qual o destino desse lixo e do material de descarte da construção? Será o Xingu e seus igarapés?

No Relatório de Impacto Ambiental do complexo hidrelétrico de Belo Monte em suas Conclusões (p.65) está um pouco da insegurança e incerteza do projeto.

“Ainda há questionamentos sobre os benefícios econômicos e sociais que sua construção trará para a região dos municípios da Volta Grande do Xingu, sabendo-se que impactos ambientais negativos certamente ocorrerão. Dependendo das medidas corretivas e complementares a serem tomadas, o empreendimento poderá criar ou não oportunidades ao desenvolvimento local. O Complexo poderá ser uma excelente oportunidade para ativar a economia local e ao mesmo tempo promover a melhoria de qualidade de vida, ou poderá trazer apenas crescimento econômico para alguns setores, mas aumentando os conflitos sociais e ambientais”.

Prevalecem as incertezas sobre o badalado projeto para a área mais povoada do vale, o que será então para áreas menos povoadas o enclave absoluto e a concentração dos proventos econômicos e políticos por uma minoria?

No livreto da Eletronorte intitulado Complexo Hidrelétrico Belo Monte e sua Inserção Regional (sem informações bibliográficas) no tópico “Os impactos diretos”, diz o seguinte:

“O levantamento preliminar da população diretamente atingida pelo reservatório, que precisará ser remanejada, indica aproximadamente duas mil famílias na área urbana de Altamira, 813 na área rural de Vitória do Xingu e 400 famílias ribeirinhas”.

Isso significaria que mais de 16.000 pessoas dentro da área de inundação estarão atingidas. Esta cifra parece ser uma revisão de dados no EIA da FADESP:

Quadro 1- População rural e ribeirinha estimada para remanejamento

Condição em relação ao CHE Belo Monte (1)	Localidade/núcleo	Domicílios	População estimada
	Área rural	356	1547
	São Raimundo Nonato	58	241
	Santo Antônio	25	116
	Santa Luzia	54	237
	São Francisco de Chagas	31	161
	Sagrado Coração de Jesus	13	67
Total ou parcialmente inundadas	São José	15	66
	Boa Esperança	20	88
	São Francisco de Assis	63	259
	Vila Rica	21	68
	Bom Jardim	20	87
	Terra Preta	36	158
	Área ribeirinha	61	307
	Paratizinho	9	32
	Paratizão	14	66
	São Lázaro	7	43
	Palhal de Cima	8	58
	Palhal de Baixo	5	26
	Ilha Taboca	7	31
	Santa Luzia	11	51
	total (1)	417	1854
Isoladas	Área rural	417	246
	Santa Terezinha	39	167
	Bom Jardim II (Goianos)	17	79
	total (2)	56	246
TOTAL GERAL (1 +2)		473	2100

(1) Estimativa UFPA, para 2001

Fonte: EIA, versão preliminar, Eletronorte

Quadro 2 – Estimativa da população residente no entorno dos alagadiços de Altamira.

Área Urbana de Altamira	Unidades Habitacionais	População Estimativa
Igarapé Ambê	905	4 735
Igarapé Altamira	648	3 389
Igarapé Panelas	8	38
Sub-Total	1 561	8 162

Fonte: EIA, versão preliminar, Eletronorte

Camponeses

Para os camponeses dos travessões da BR-230, no EXT, todos serão afetados em diferentes escalas de impactos. Desde aqueles que terão, quiçá isso não aconteça, que terão de sair de seus lotes, até aqueles que ficarão cerceados, enclausurados pela barragem e pelos canais que desviarão a água até Belo Monte.

Algumas a serem pensadas em diferentes escalas de profundidades de tempo futuro e de atualidade:

- 1) Os que terão de sair, irão para qual lugar? Este novo lugar será conseguido como? Será discutido com os expulsos o novo lugar de cada um? Como será a documentação oficial do no lote? Terão apoio para as novas roças ou começarão do zero? Terão condições naturais próximas ao do atual lote? Qual será o critério de indenização? Será considerado o trabalho territorializado no lote em forma de plantações, as mais diversas, cercas, casa, curral, poços, etc.? O que será feito daquilo que foi planejado? E se formarem ilhas nos pontos mais altos do relevo, como aconteceu em Tucuruí, quem será o proprietário delas?

- 2) Para aqueles que ficarão, cercados pelo enclave, como será continuidade de seus modos de vida? Como escoarão a produção, pois com a obra transporte/circulação será intermodal, do lote ao rio (terrestre), atravessar o rio (fluvial), pela Trans-Assurini até o rio (terrestre), depois atravessar o Xingu até Altamira (fluvial), mais o transporte do porto até o comprador; isso encarecerá o valor dos produtos fragilizando-os na relação mercadoria-dinheiro-mercadoria (M-D-M), existente no circuito econômico comercial a que fazem parte. Terão apoio governamental ou não para a continuidade da reprodução social da vida? Como ficará a questão dos pequenos cursos d'água e das águas subterrâneas? Vale lembrar que nessa área existe uma considerável cultura de cacau como divisa econômica para o Estado do Pará.



O campesinato tem toda a sua produção escoada, via travessões até a Transamazônica e segue rumo preferencial para Altamira. Nos lotes, onde já existem vínculos, inclusive de parentesco e compadrio, e de conhecimento com os espaços herdados da natureza territorializados em cada unidade territorial familiar. Vale ressaltar que há um assentamento do INCRA no travessão 27, próximo ao igarapé Paquiçamba que foi oficializado há aproximadamente 2 anos, e tem-se uma questão, nem chegaram e terão de sair? Poderá haver uma fragmentação social, enfraquecimento político do grupo, pois desarticular-se-ão as escolas, os postos de saúde, o centro comunitário, as relações sociais entre outras.

A ideologia do CHX provavelmente criará, no mínimo, duas pseudocategorias, uma dos que não serão afetados pela obra, aqueles que ficarão cerceados/cercados e os que serão afetados pela mesma, os que serão remanejados e (re)assentados em outro lugar, provavelmente imposto pelo responsável oficial, sem uma devida discussão prévia com os expulsos.

Tanto os que sairão quanto os que ficarão são faces da mesma moeda, ou melhor, da mesma situação de receptáculo de impactos do enclave CHX, pela alteração das bases física e social da reprodução do modo de vida.

Ribeirinhos

Outro tipo de campesinato é o dos ribeirinhos, que constituíram suas vidas historicamente ao longo da Volta Grande do Xingu, em contatos interétnicos com os índios e tornaram-se beiradeiros, aqueles que se formaram ao longo do período colonial até hoje.

A maior parte dos ribeirinhos da Volta Grande do Xingu mora no trecho em que segundo os planos oficiais ficará com as "águas baixas". Para aqueles que têm como base do modo de vida a sazonalidade fluvial, entre outras, isso é um golpe duríssimo, pois a dinâmica do rio (enchente-vazante) é quebrada, o que desestruturaria toda a relação de trabalho relacionada ao rio, principalmente a pesca.

Como ficará a reprodução social desse grupo sem a pesca que é a base das relações comerciais de mercado, que em sua circulação ficará alterado. Se atualmente o peixe é levado via fluvial para Altamira, após a conclusão da obra será modificado para fluvial, terrestre, fluvial, encarecendo o produtor ribeirinho que também vende, farinha, frutas mandioca e necessita de gelo para armazenar o peixe. Nesse caso, a reprodução social deste é afetada pelo estrangulamento da circulação, pois entre os produtos e o mercado existem os caminhos de função além do mero escoamento de produção, que não é só econômico, é social e político.

Com o nível das águas baixo por longo tempo, uma das tendências é haver uma superexploração do acari (*hypancistrus zebra*, peixe ornamental de grande procura), que em um primeiro momento poderá ocorrer um aumento de captura, e posteriormente um esgotamento da reprodução, cada vez em menor número ante a quantidade capturada anteriormente sem qualquer preocupação com os estoques para reprodução. Pode haver um empobrecimento/endividamento dos chamados “carizeiros”, e uma diminuição progressiva do referido peixe, principalmente se na cadeia alimentar dois rios ocorrer alterações significativas entre presas e predadores, isto agravará a situação social de rendimentos, com uma progressiva formação de um grupo de miseráveis de beira rio, ou mudanças para as favelas de Altamira busca de emprego, inclusive no próprio canteiro de obras. A situação de miséria pode agravar o problema de alcoolismo entre os carizeiros. Muitos esses pescadores são índios ou ribeirinhos.

Para aqueles que terão de sair da beira, estes vão para qual lugar? Para longe dos rios?, terão e se adaptar, à força, aos pequenos e estreitos córregos, grotas ou cursos d’água, causando um estranhamento e cerceamento do modo de vida de ribeirinho para agricultor, como aconteceu em Tucuruí? Quais serão as bases para o (re) assentamento?

Para os que ficarem, vale lembrar que o leito do Xingu é repleto de rochas que nos espaços entre



Morador da Volta Grande,
Monti Aguirre/IRN

elas e nas diáclases formam-se poças d’água parada de várias dimensões que são propícias originalmente a reprodução do localmente denominado carapanã-da-pedra, o que irá acontecer sem o período de cheia do rio? Uma explosão reprodutiva de insetos inviabilizando a ocupação humana, como aconteceu no

rio Tocantins ?

Na área a montante da barragem a questão é inversa, como ficará a vida de ribeirinhos com o rio sempre com águas altas?, e gerando um aumento em cadeia do nível d’água nos igarapés afluentes, e com as cheias vindouras, alguns desses igarapés poderão estragar roças, e algumas de suas margens são ocupadas por populações carentes que já sofrem transtornos com as enchentes. O que irá acontecer com o nível d’água alto para esses grupos de favelados? Em pequenos vales afogados com pouca ou nenhuma circulação de água poderá ocorrer a proliferação de mosquitos e um odor desagradável oriundo do processo de decomposição de vegetais, e isso poderá tornar a ocupação inviável nessas favelas/baixadas de Altamira, principalmente com o lixo acumulado nos córregos, aumentando o já alto nível de doenças nas áreas carentes e sem saneamento básico.

Povos Indígenas

Outro grande grupo social são os índios da Volta Grande, agrupados em uma área oficialmente reconhecida, a Área Indígena Paquiçamba. São índios Juruna, que estão na margem esquerda do Xingu e do outro lado, na comunidade Maia, existe um grupo de índios Arara, em terras não reconhecidas oficialmente e estes não aparecem nos comentários da Eletronorte, mais a jusante há uma família inter-étnica de um não-índio e uma Xipaia, predomina nos filhos a identidade cultural da mãe.

Estes grupos, cada um com sua especificidade (interna e externa ao grupo), estão na área que ficará de águas baixas. O modo de vida tem em sua base, assim como os ribeirinhos, na policultura associada à pesca. Sendo que fazem coleta

de castanha-do-pará e andiroba, e vendem em Altamira. São considerados como não afetados pelo CHBM, nos planos oficiais. Mas sem sazonalidade dos rios, como ficarão, a mercê da sorte? Como navegarão em trechos sempre secos e encachoeirados? A questão do transporte é fundamental, e isto ficará alterado, assim como para os ribeirinhos, encarecendo os produtos no mercado altamirense, que dificilmente pagarão mais alto, podendo causar um empobrecimento maior por aqueles que ficarão cerceados pelo complexo.

Com o projeto consolidado esses ficarão prejudicialmente isolados em suas terras que não poderá ser capaz de garantir a reprodução do modo de vida devido ao quase isolamento pela dificuldade de circulação de qualquer natureza. Isto inclui assistência médica e escolar principalmente, e de fiscalização contra ataques de especuladores de terras. Poderá, ainda ocorrer uma vigilância em suas áreas pelos órgãos do CHX para fiscalizar se estão concentrados em suas áreas para evitar o contato com os “muros” do canal. Haverá uma zona tampão, para evitar contatos diretos com o “muro”?

O modo de vida desses grupos tem a prática de circulação na mata, para coleta de sementes, folhas e de caça. Os excessos de fiscalização no lago de Tucuruí causa transtornos aos moradores que são vigiados em suas práticas agrícolas e inquiridos a não consumir domesticamente carne de caça, enquanto algum proprietário paga uma taxa ao IBAMA para poder desmatar em nome de um “projeto” agropecuário!

Vilas e Povoados: o peri-urbano

O grupo peri-urbano conhecido localizado na Ilha da Fazenda, onde se tem alguns pontos de serviços públicos como escolas, postos de saúde, posto telefônico, botecos e, do outro lado uma corrutela conhecida como Ressaca. Esses dois pontos vizinhos estão sob efeitos da des-informação, pois na vila Ressaca, a maior parte das atividades sócio-econômicas ligadas ao garimpo. Este dois pontos estão localizados a jusante do barramento, ficando naquilo que a propaganda chama de área de águas baixas. O baixar das águas por longo tempo, em trechos com rochas no leito do rio, aliado a um conjunto humano sem condições sanitárias dignas, poderá ocasionar uma epidemia de doenças transmitidas por insetos, e aumento de doenças provocadas por falta de sazonalidade do rio, que infelizmente, recebe algum lixo desse conjunto.

Para a escala de economicidade, os preços dos produtos poderão ser alterados para venda e deverá

ficar mais caro, dificultando as relações de compra e venda tanto na Ilha da Fazenda quanto na Ressaca, sem que aumente a capacidade de compra dos moradores.

Para aqueles que tem balsas garimpeiras o processo poderá se tornar mais fácil para a cata do ouro, porém, com um aumento significativo da poluição do rio com o leito menor e com baixa velocidade das corredeiras, as dragas provocarão um maior estrago erosivo no leito do rio e as condições para o assoreamento de trechos fluviais trarão conseqüências funestas para aqueles que trabalham na atividade garimpeira. Com rio em seu leito normal (tanto inverno quanto no verão) a poluição hídrica oriunda da garimpagem, como revolver o fundo do rio e do descarte do mercúrio, se dilui, se espalha mais, com o nível interrompido a poluição se concentrará ocasionando doenças e, após algum aumento do nível das águas, por chuvas ou por liberação da barragem, aquele material poluente em grande concentração se espalhará agravando a situação.

O Enclave Territorial

Ainda que o CHX seja fábrica de energia, com retorno social duvidoso, o básico é a distribuição dessa energia e não a produção de contingentes sociais inteiros na escuridão ou o aumento do consumo de querosene para as lamparinas. Em um paralelismo com a situação da fome, não é o aumento da produção de alimentos que tem que ser feito, e sim uma maior distribuição da condição para adquirir alimentos, para os grupos menos aquinhoados econômica e politicamente.

Cria-se no processo de exclusão social dos meios de sobrevivência o empobrecimento e a miserabilidade, típico da lógica de mercado, forma-se um exército de dependentes das esmolas sociais, do assistencialismo de políticos interesseiros, entre outras coisas, a base da mais-valia da produção energética no País, exclui-se do consumo de energia elétrica grupos sociais brasileiros em prol da produção de mercadorias consumidas pelo mercado (nacional e internacional), onde na lógica econômica do capital o que interessa na produção de espaços, é a territorialização dos enclaves como meio de produção.

De acordo com o projeto para Belo Monte o terceiro ano do empreendimento é o que concentrará o maior número de trabalhadores nos dez anos de obra, concentrando aproximadamente 18.000 mil trabalhadores (o EIA prevê a migração de

90.000 pessoas à região em busca de trabalho – a população atual de Altamira e Vitória de Xingu foi 66.194 no ano 2000).

Questões

Duas questões sociais, entre tantas outras, serão agravadas com o processo de construção do CHX, uma é a Questão Agrária para todos os envolvidos na área do EXT, como a aquisição/formação de áreas para (re)assentamentos, como por exemplo, o perímetro de construção da Trans-Assurini, como já foi mencionado. A outra é a Questão Urbana que só com os boatos da construção do CHX, já fez aumentar o número de favelados em Altamira, quem sabe o que irá acontecer quando o processo construtivo iniciar, pois atualidade a cidade não tem um plano diretor efetivo para o inchaço urbano, o que será durante o processo em curso? O mesmo vale para Vitória do Xingu. Os exemplos do passado mostram que ao instalar um canteiro de obras desse porte o poder dos prefeitos se enfraquece aumentando a força política dos administradores do empreendimento conforme os interesses da empreiteira e do órgão estatal, fragilizando os grupos populares.

Uma intrigante questão relacionada ao etnoconhecimento surge, nos estudos de identificação de plantas, animais e de solos, para um país como o Brasil que pouco conhece o potencial de sua natureza, como serão esses trabalhos?, Só os técnicos/acadêmicos irão fazer as coletas e identificações? Será só coletar, identificar e pronto? E se alguma planta ou animal for apenas catalogado/identificado sem saber qual o seu uso seja como alimento ou como princípio ativo fitoterápico? Portanto o conhecimento científico não pode abrir mão do etnoconhecimento de índios e camponeses para combater não só a bio-pirataria como a etno-pirataria (pirataria do etnoconhecimento), pois determinado vegetal ou animal pode ficar extinto com os impactos da hidroelétrica, e nesse caso o País perde um bem incomensurável, social, econômico e eticamente importante.

Acrescenta-se a isso os estudos de poluição, como o assoreamento dos rios (controle das margens flu-

viais) aliado à eutrofização (poluição por excesso de nutrientes que causa o crescimento excessivo de algas, grande consumo de oxigênio e diminuindo a intensidade de luz nos estratos fluviais prejudicando os peixes, e isso afeta diretamente os ribeirinhos sejam índios ou não, e ainda existe a poluição atmosférica com as emissões de CO₂ que extrapolam os limites do Brasil pela circulação geral dos ventos, e outro problema surge, a Amazônia é um sumidouro ou emissor de gases carbônicos com as hidroelétricas?

O rio Xingu, em especial a Volta Grande, está sendo visado desde a década de 70 do século passado e, infelizmente, continuará sendo enquanto a Eletronorte tiver uma mentalidade barrageira, esta estatal tem em seus planos para o grande norte brasileiro de produzir energia elétrica a repetição de sua história de construção de barragens, um monolitismo obtuso que comprovadamente agrava problemas sociais, econômicos e ecológicos.

Trata-se de um desafio moral e ético para o Brasil, criar/produzir gerar energia elétrica com projetos e tecnologias que agredem menos as pessoas e que sejam direcionadas, principalmente para a melhoria dos modos de vida dos grupos sociais atingidos.

O projeto de hidroelétricas no Xingu da Eletronorte, no mínimo - pela peculiaridade da história social da região – precisa de uma reforma agrária regional, com bases sólidas para prevenir dos trágicos exemplos do passado da estatal e tentar saldar a dívida social de obras, que aumentaram a pobreza e facilitaram a concentração de terras ao longo do entorno da obra, acrescido ao abandono dos ex-funcionários e dos imigrantes que não conseguiram empregos propagandeados pela estatal. A impressão que fica é que existe uma estratégia de *marketing* direcionado para os órgãos de fiscalização como Comitê Mundial de Barragens a incorporação da Eletronorte em fazer uma divulgação parcial do projeto e dizer que se preocupa com as populações atingidas, vale lembrar que a população não é homogênea, é diferenciada em classes.

Se a esperança existe, infelizmente o medo também se faz presente.

Bibliografia

AB'SÁBER, Aziz N. *Reversão e transferência de águas com previsão de impactos*. Em: Scientific American Brasil, no 20, pp.24-26. São Paulo. Jan. 2004.

ELETRONORTE *Cenários Socioeconômicos da região polarizada pela Futura UHE de Belo Monte e sistemas de Transmissão Tramo-Oeste*. s/d.

- *Complexo Hidrelétrico de Belo Monte Relatório de Impacto Ambiental (RIMA)*

- FEARNSIDE, Philip M. *A Floresta Amazônica nas Mudanças Globais*. Manaus. INPA. 2003.

- PETTENÁ, José L. et. al. *Estudos de Inventário hidrelétrico na Amazônia: a Bacia do rio Xingu*. In: CADMAN, John D. (org.) Simpósio sobre as características Geológico-Geotécnicas da Região Amazônica. Brasília. ABGE. 1980.

- PINTO, Lúcio F. *Jornal Pessoal*, Belém, no 312, ano XVIII. 2003.

- ROSA, Luiz P. *Hidrelétricas e meio ambiente na Amazônia: Análise crítica do Plano 2010*. In: Revista Brasileira de Energia, vol I, no 1, 1989.